

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CLARISSA WETZEL DE OLIVEIRA

ARQUITETURA RESIDENCIAL COMO CÓDIGO DE SEGREGAÇÃO:
ESTUDO DE CASO DA PORTO ALEGRE COLONIAL (1773 – 1808)

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO de 2010.

CLARISSA WETZEL DE OLIVEIRA

ARQUITETURA RESIDENCIAL COMO CÓDIGO DE SEGREGAÇÃO:
ESTUDO DE CASO DA PORTO ALEGRE COLONIAL (1773 – 1808)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
História, pelo Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2010

ARQUITETURA RESIDENCIAL COMO CÓDIGO DE SEGREGAÇÃO:
ESTUDO DE CASO DA PORTO ALEGRE COLONIAL (1773 – 1808)

Clarissa Wetzel de Oliveira

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Kühn – Orientador
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Prof. Doutorando Adriano Comissoli
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Porto Alegre, dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presentes durante o período em que me dediquei a este trabalho. Aos meus pais, Dirnei e Claudete, por compreenderem minha distância e mesmo assim me dedicarem um apoio incondicional em todos os momentos.

Aos outros pais que tive ao longo desse percurso, que me acolheram generosamente em suas casas: Marlene, Eduardo e Kerima, Airton e Ana, Paulo e Zélia. O gesto de vocês trouxe, em muitos dias, o calor da minha casa.

Ao meu orientador, professor Fábio Kühn. Acredito que um dos fatores que nos fazem escolher determinado tema de pesquisa é o professor e a forma como ele nos apresenta um assunto. Por esse motivo agradeço ao professor Fábio, não apenas por sua dedicada orientação ao longo do trabalho, mas também por ter despertado em mim o interesse pela História do Brasil Colonial.

Agradeço imensamente ao Renan, pelo amor e dedicação dos últimos anos e por ter acreditado em mim e no meu potencial, quando nem mesmo eu acreditava. Obrigada pelas longas conversas sobre “sexo, História e rock’n’roll”.

Às minhas amigas Favoritas: por estarem sempre ao meu lado, por trazerem à minha vida as melhores lembranças e aquelas que levarei para sempre. Agradeço especialmente à Alexandra Coda, por ter dedicado tanto de seu tempo para ler e comentar a respeito das minhas idéias, com certeza a ajuda que me prestou é inestimável; à Heleninha Cancela, pela sua generosidade e suporte (leia-se chocolate e hi-fi’s... hehehe); e finally, à Dúnia Nunes, por ser minha irmã, mesmo não o sendo (ainda não sei como!? Certo que fomos separadas.). Enfim, obrigada pela Diversão, Praticidade, Prolixidade e pela Sensibilidade de todas.

Passou pela frente da casa de Pedro Terra, lançou-lhe um olhar de soslaio e parou, porque pela primeira vez notava uma coisa curiosa: a fachada, com a porta ladeada pelas duas janelas, possuía uma fisionomia quase humana. E aquela casa, por mais absurdo que parecesse, tinha um semblante parecido com o do dono: parado e triste. Será que os homens constroem suas casas à sua própria imagem?

(VERÍSSIMO, Érico. O Continente I. In: *O tempo e o vento*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 351)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. N° de Transações de 1773 a 1808	38
Gráfico 2. Valores de Imóveis em Porto Alegre (1773-1808)	39
Gráfico 3. Médias de Valores por rua	40

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1. Primeiro traçado de Porto Alegre.	52
Fig. 2. Primeiro traçado sobreposto ao mapa atual de Porto Alegre	52
Fig. 3. Tipos de malha urbana .	52
Fig. 4. Planta da Vila de Cuiabá	53
Fig. 5. Mapa de Vila Bela	53
Fig. 6. Evolução Casa Rural – Casa Urbana	54
Fig. 7. Casa-em-fita	54
Fig. 8. Corte lateral do Sobrado.	55
Fig. 9. Fachada de casa Térrea e Sobrado.	55
Fig. 10. Mapa de São José de Macapá	55
Fig. 11. Beiral tipo “Cachorrada”.	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Amostra 1 (1773 – 1781)	56
Tabela 2. Amostra 2 (1782-1790)	56
Tabela 3. Amostra 3 (1791-1799)	56
Tabela 4. Amostra 4. (1800-1808)	57

SUMÁRIO

Introdução	07
Capítulo 1. A formação de Porto Alegre: a construção de seu status	10
1.1. Sobre o traçado urbano: Porto Alegre planejada?	15
1.2. Sobre a arquitetura: açoriana ou portuguesa?	16
Capítulo 2. Os Construtores de Porto Alegre: a sociedade do extremo-sul da América portuguesa e suas práticas	23
2.1. Um pequeno hiato: considerações sobre o <i>Antigo Regime nos Trópicos</i>	26
2.2. Mecanismos de ascensão e manutenção sociais: o lugar da arquitetura	29
Capítulo 3. Leituras Arquitetônicas: a segregação na Porto Alegre colonial	32
3.1. Sobre a segregação no período colonial	34
3.2. Arquitetura como código de segregação: um estudo de caso	37
Considerações Finais	46
Fontes e Referências Bibliográficas	48
Anexos	52

INTRODUÇÃO

No século XVIII, quando a tensão entre Portugal e Espanha era intensa e os limites fronteiriços buscavam configurar-se, a capitania do Rio Grande de São Pedro seria alvo de atenção¹. A partir do Tratado de Madri, em 1750, o qual estipulava a troca da Colônia de Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, uma série de eventos alteraria definitivamente a composição da paisagem: um deles, e crucial para o desenvolvimento da trajetória sulina, foi a tomada da vila de Rio Grande pelos espanhóis, em 1763, que obrigou a dispersão de sua população pela capitania e a mudança da única Câmara do Rio Grande de São Pedro para Viamão. Tendo em vista uma estratégia para retomada de Rio Grande e avanço do território português, o governador José Marcelino de Figueiredo com o apoio central, transferiu mais uma vez a Câmara, em 1773, agora para o arranchamento açoriano conhecido por Porto de São Francisco dos Casais, instituindo-lhe uma nova paisagem, com o assentamento de ruas e praças, construção de prédios públicos e instituições, e estimulando a edificação de casas particulares².

Esse processo, no entanto, não foi facilmente aceito pelos oficiais camaristas e suas famílias, ficando muitos desses ainda em Viamão. Importante salientar que a sociedade formada ao sul da América Portuguesa constituía-se a partir dos ideais do Antigo Regime, e muitas famílias que colonizaram a região, assim como acontecia em diversas partes da Colônia, atribuíam a si o título de “melhores da terra”. Estas famílias, cientes de sua realidade, sabiam que a “fidalguia” não era o bastante para garantir o prestígio, era necessário mais.

Diversas foram as formas de fazer-se elite e obter esta notoriedade na sociedade sulina. Os estudos sobre o assunto apontam as uniões matrimoniais e o compadrio como maneiras relevantes para tecer as redes de sociabilidade e poder, além da prática das mercês, do dom e contra-dom. Os pesquisadores Norbert Elias e Giovanni Levi inovam as práticas do “fazer-se” quando apresentam as habitações particulares como parte da estratégia desta elite do Antigo Regime, na França e Itália respectivamente, para que esta elite possa manter-se no poder e distinguir-se socialmente.

¹ Ambos os reinos percebiam as facilidades comerciais que o Rio da Prata proporcionava, dando acesso do interior do continente ao Atlântico, além dos negócios do couro provindos do vasto rebanho de gado *vacum* espalhados pelos campos da Vacaria del Mar.

² Conforme comentário de Domingos Marques Fernandes, militar em campanha contra os espanhóis. FERNANDES, Domingos Marques. “Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul”. In: NOAL FILHO, V.A.; FRANCO, S.C. (orgs.) *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1750-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004, pp.24-26.

Levando em consideração os apontamentos supracitados, pergunto-me: como homens tão nobres poderiam habitar um arranchamento de casais açorianos? A questão pode ser respondida com facilidade: o local para a moradia e a própria casa não são escolhas aleatórias, mas fruto da razão e vontade configuradas pela cultura. A partir dessa, novas indagações surgiram, até aquela que conduz esta pesquisa: **de que maneira as moradias da zona de urbanização inicial de Porto Alegre expressam um código³ de segregação através de sua constituição arquitetônica, no período colonial, entre 1773 e 1808?**

Compreende-se por zona de urbanização inicial a área compreendida no interior do Portão, nas imediações da Rua da Praia até a Rua da Varzinha (atual R. Demétrio Ribeiro), sendo esta área o âmbito efetivamente urbano de Porto Alegre no período colonial, pois como afirma Luiz Centurião, o espaço urbano colonial o é a partir da determinação do local como centro da vida pública e festiva da região circunvizinha, ou seja, das “*sociabilidades produzidas em torno da prática da feira-festa-ato religioso*”⁴, estabelecendo assim a vida gregária da freguesia em torno da matriz N. Sra. de Madre de Deus de Porto Alegre. O limite temporal é marcado pela mudança da Câmara de Viamão para Porto Alegre, em 1773, transformando o arranchamento de casais açorianos no centro político e econômico do Rio Grande de São Pedro, até 1808, quando a família real portuguesa vem para o Brasil, enraizando-se e modificando estruturas em diversos âmbitos, não isentando o meio urbano.

Avaliando a bibliografia a respeito da arquitetura colonial percebe-se que, infelizmente, poucos autores trazem análises sobre o social a partir da arquitetura do meio urbano colonial. O período não é o de predileção do “historiador-cartógrafo” e a cidade escolhida, Porto Alegre, também não mostra, à primeira vista, ter subsídios para tanto. Esta pesquisa busca demonstrar o contrário e, mais que fechar uma lacuna no estudo sobre História de Porto Alegre, propõe-se a trazer novas perspectivas de análise e enriquecer o estudo da arquitetura e da historiografia sobre o Rio Grande Colonial.

É importante retomar a inexistência de resquícios arquitetônicos, bem como de plantas baixas ou imagens do período que pudessem auxiliar a pesquisa. Portanto as fontes analisadas compõem-se de registros de compra/venda de imóveis, atualmente sobre a salvaguarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (APERS), e serão

³ Entende-se por código algo que não está explícito. A segregação é real, contudo é percebida pelos agentes envolvidos nas entrelinhas do texto urbano a partir das estruturas arquitetônicas.

⁴ CENTURIÃO, Luiz R. M.. *A Cidade Colonial no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999; p. 224.

observados os seguintes aspectos: os valores dos imóveis por ruas, os agentes envolvidos nas transações e as características da casa. A pequena amostra contemplada na documentação não pode ser considerada como um modelo para toda a cidade, até porque o número de indivíduos que adquiriam seus bens imóveis é muito baixo em relação à população total.

Correlacionado a esta documentação notarial, serão analisados os Róis de Confessados, recenseamento eclesiástico realizado pelo pároco de cada freguesia com objetivo de garantir o bom governo do Arcebispado sobre os fregueses. Este documento contém o nome de todos os fregueses da paróquia, identificados pelo lugar onde vivem e todos os moradores de cada casa, incluindo agregados e escravos. Ambas as fontes, em diálogo com as reflexões propostas por Marcel Roncayolo e Yves Grafmeyer – as quais aceitam a segregação para além do espaço físico, no âmbito simbólico – devem ajudar a mapear socialmente o centro de Porto Alegre, a fim de identificar os códigos de segregação existentes. Assim, reconhecendo as ruas de maior influência e, conseqüentemente, seu valor imobiliário e aferindo os agentes envolvidos nas transações perceber-se-á que a elite urbana utilizava-se de ações auto-segregatórias, bem como, a partir das descrições realizadas da casa (materiais empregados, tamanho, etc.) verificar o potencial da arquitetura residencial como código desta segregação.

Ao longo desse trabalho serão apresentadas questões para melhor entendimento do objeto de pesquisa, a fim de responder o problema proposto na mesma. Num primeiro momento discorrer-se-á sobre a construção da Porto Alegre colonial e as proposições para sua edificação, ressaltando a origem de seu traçado e de suas residências. Num segundo momento, serão discutidas as sociedades ao sul da América portuguesa e seus mecanismos de distinção social, abordando as formas de “fazer-se elite” no Antigo Regime dos Trópicos. E, finalizando, adentrar-se-á nas discussões sobre a aplicabilidade do conceito de segregação no período colonial, sua existência no caso de Porto Alegre e verificação da eficácia das formas arquitetônicas como código de segregação.

Capítulo 1. A Fundação de Porto Alegre: a construção de seu status

Falar do nascimento da cidade de Porto Alegre significa pensar na construção da sua vida cidadina e em seus construtores, ou seja, refletir como um trecho da sesmaria doada a um dos pioneiros do Continente, Jerônimo de Ornellas transformou-se em espaço urbano e quais os agentes envolvidos nesta edificação. Atentando para não apenas discorrer sobre uma formação material ou física⁵, mas enfocando também as formas de poder que se encontravam no sítio: militar, religiosa ou de instâncias mais burocráticas, obviamente concedidas pelo poder régio – a Câmara Municipal, a Provedoria, entre outras.

Inicialmente faz-se necessário compreender a cidade colonial brasileira a fim de situar Porto Alegre na devida conjuntura. É imprescindível abandonar a concepção difundida na historiografia de que o meio urbano no período foi coadjuvante na História do Brasil, e que sua importância apenas sobressaiu com o desenvolvimento industrial. Muito pelo contrário, não houve uma inanição do espaço urbano diante do rural, mas se estabeleceu uma relação de complementaridade entre ambos. Luiz Centurião aponta, no caso brasileiro, uma predominância do primeiro sobre o segundo, pois sua característica eminente era sua função político-administrativa. As cidades, “*sendo vitrines do poder colonial português, expressão emblemática de autoridade metropolitana sobre os vastos territórios americanos, lançavam sua sombra sobre as áreas rurais*”⁶.

Contudo, o autor ressalta que mesmo tendo uma função centralizadora, pois abarcava os poderes políticos e administrativos, a essência da cidade colonial brasileira era religiosa. Tal disposição pode ser vislumbrada em carta do governador da capitania, José Marcelino de Figueiredo, ao Vice Rei Marquês do Lavradio, solicitando a construção de uma capela em N. Sra. de Madre de Deus, ressaltando a importância deste ato para a construção da urbe, visto que a existência de um centro religioso incentivaria a mudança das “gente principais” para lá.

Persuadem-se a maior parte destes habitantes que em tendo um Frade Comissário dos Terceiros e um companheiro para lhes dispensarem as indulgências da sua ordem, que ainda sem mais obras boas se salvam, e encarecidamente me pedem implore a V. Ex^a licença para tais Frades – comissário e companheiro – virem residir a este dito Porto e Vila de Nossa

⁵ Segundo Luisa Rocca o fator físico (tamanho) e o índice populacional são indiferentes na conceituação das localidades (freguesia, vila, cidade) no período colonial. (ROCCA, Luisa. *A cidade colonial Íbero-americana: a malha urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Anexo 1, p. 282).

⁶ CENTURIÃO, *Op. cit.*, p. 229.

Senhora Madre de Deus, e com isto fazem os Terceiros sua capela, ajudam a fazer esta Igreja, e **mudam as suas assistências para aqui todos os mercadores e gentes principais com muito gosto**, e acaba-se-lhes a desconfiança de que ainda haverá outra mudança.⁷

O meio citadino dependia fundamentalmente da existência dos templos e capelas, pois essas possuíam “*um forte valor simbólico e eram as que davam a um casario, a um aglomerado de população, a conotação de centro social*”⁸. Era em função dos atos públicos religiosos que os encontros e trocas sociais aconteciam, conseqüentemente, as relações no âmbito urbano faziam-se na rua.

Outra característica apontada pela bibliografia é a ascendência portuguesa na constituição da urbe, seguindo o modelo de cidades como Porto e Lisboa, o que, por conseguinte, aproxima o aglomerado citadino colonial aos moldes medievais, que a rigor não tinha nenhuma preocupação com a regularidade dos arruamentos ou dos agrupamentos de casa, apenas com a eficácia militar e defensiva. O pesquisador Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*⁹, ao comparar a colonização empreendida pelos países ibéricos na América – e a ereção de suas colônias –, atenta para o caráter ordenado hispânico para diferenciar o domínio espanhol e português, estando esse último prejudicado pelo seu pragmatismo e desordem e, (in)conseqüentemente, sendo tachado pela História como sem planejamento. O caráter ordinal espanhol seria reflexo de uma política estatal tanto sobre os antigos como novos habitantes da América; ao contrário de Portugal, a Coroa de Castela impôs uma disciplina visando mostrar, para aqueles que se encontravam nas colônias, uma nova ordem, uma nova autoridade. Logo, podemos pensar: que importância e influência o simples alinhamento de ruas e casas tem sobre a relação entre Coroa e súditos? Segundo Holanda¹⁰, junto às regras de edificação, uma série de outras ordenações viam-se necessárias para o bom andamento da “construção”¹¹ das cidades, assim, o traçado retilíneo, característico das ruas hispano-americanas, remetia as suas perspectivas e expectativas sobre o novo povoamento. É a diferença entre a razão e precisão espanholas e o desleixo e pragmatismo portugueses na busca por resolver as necessidades rotineiras.

⁷ Biblioteca Nacional de Lisboa – Divisão de Manuscritos, codi. 10584. *Correspondência de José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro para o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil*. Datada de 02.08.1773, grifo meu.

⁸ CENTURIÃO, *Op.cit.*, p.215.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª impressão. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; pp. 95-119.

¹⁰ HOLANDA, *Op.cit.*, p. 96.

¹¹ Refiro-me aqui a construção política, econômica e social das cidades, tendo seus alicerces na população das mesmas.

Neste sentido, a obra de Roberta Delson¹² vem iluminar essas premissas, afirmando que o próprio pensar da cidade funcionalmente já demonstrava um planejamento por parte dos lusitanos, esses guiados pela praticidade. Bem como o trabalho de Maria Fernanda Bicalho¹³ traz-nos novas reflexões sobre o assunto, demonstrando que, no Brasil, os portugueses não tiveram tantas preocupações internas de ocupação quanto às externas de manutenção do território, o qual era sempre alvo de investidas de estrangeiros que visavam aumentar suas possessões, além de obter pontos marítimos estratégicos. Destarte, encontramos povoados erigidos no litoral, que aproveitaram os recursos naturais para fins defensivos e se mantiveram sempre próximos ao mar ou a rios navegáveis, pois “*o objetivo dos colonizadores era criar uma cidadela protegida dos ataques externos e, ao mesmo tempo, contar com as facilidades de circulação oferecidas pelos transportes marítimos e fluviais*”¹⁴.

Do mesmo modo, ao sul da América portuguesa, o caráter defensivo também foi reverenciado tanto quanto as pretensões expansionistas, pois a construção de vilas no período foi fundamental para a formação territorial do Brasil como o conhecemos hoje. Holanda deixa claro que as cidades são fruto da razão do homem, ou seja, “*trata-se de seu espírito e vontade*”¹⁵, desta maneira é plausível que esta prática, no mundo ibero-americano, tenha sido utilizada como a forma mais rápida e barata, portanto, eficaz de dominação e apropriação de territórios¹⁶.

A partir do Tratado de Madri, em 1750, quando Portugal e Espanha acordaram a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões, tornou-se basilar o povoamento da região por parte dos portugueses a fim de assegurar o território, redesenhando o Rio Grande de São Pedro. Para tal campanha os portugueses contavam com seus súditos ilhéus, que, em decorrência das Guerras Guaraníticas, ao chegarem ao Sul, espalharam-se pela capitania, sendo a atual Porto Alegre um dos arranchamentos improvisados para aguardar a subida pelo Jacuí até as Missões. Essa situação não seria

¹² DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social no séc. XVIII*. Brasília: Alva-ciord, 1997; pp. 9-15 e pp. 95-102.

¹³ BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império - O Rio de Janeiro no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 166.

¹⁴ RAMINELLI, 1992 *apud* BICALHO, 2003; p.167.

¹⁵ HOLANDA, *Op.cit.* p. 95.

¹⁶ A estratégia de ocupação era feita de maneira que o território desocupado passasse a pertencer a Coroa que a conquistou e, tendo populações residentes no espaço, a tática era torná-los, mediante alguma compensação, súditos da Coroa.

alvo de preocupação da administração central, ficando o contingente açoriano a mercê da miséria¹⁷.

No entanto, os acordos de 1750 não seriam os únicos fatos que alterariam a composição do espaço sulino. Primeiramente, o fracasso das comissões demarcadoras estipuladas a partir do Tratado de Madri sujeitou os açorianos, assentados na foz do Jacuí, a ocupação efetiva de suas margens, criando os núcleos iniciais de Porto Alegre, Taquari, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo. E, segundo, em 1763, a tomada de Rio Grande¹⁸ pelos espanhóis obrigou a dispersão de sua população e mudança da Câmara para Viamão.¹⁹

Tal situação manteve-se por dez anos, até que em 1773 quando José Marcelino de Figueiredo, governador da capitania desde 1769, retornou de sua “viagem”²⁰ ao Rio de Janeiro, e com o apoio do vice-rei Marquês do Lavradio, transferiu a capital do Rio Grande de São Pedro e suas instituições para Porto Alegre, na época conhecido por São

¹⁷ Os relatos sobre as agruras vividas pelos casais açorianos foram tomados com heroísmo por muitos dos pesquisadores rio-grandenses, a exemplo do cronista Achylles Porto Alegre. Em sua obra *História Popular de Porto Alegre* (1940), o autor aborda os primórdios da cidade e seu grande desenvolvimento político e econômico, acentuando o caráter do homem açoriano (sofrido e persistente) para seu “desabrochar”. (PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1940. pp.9-11). Recentemente a historiografia sobre a influência açoriana tem seguido novos rumos, Martha D. Hameister esclarece que a “identidade açoriana” foi historicamente construída no Continente do Rio Grande de São Pedro, não havendo uma identificação deste grupo, visivelmente heterogêneo segundo a autora, com o título “açoriano”, além de demonstrar que estes não eram uma massa, mas homens portadores de agência que utilizaram da desinência identitária como estratégia de inserção social. (HAMEISTER, M. D. “Notas sobre a construção de uma ‘identidade açoriana’ na colonização do sul do Brasil ao séc. XVIII.” *Revista Anos 90*. Vol. 12. Nº 21/22; pp. 93-95. 2005). Assim como Adriano Comissoli, que também abandona a via da resignação açoriana para traçar “uma situação dinâmica na qual os agentes açorianos não se reduzem a espectadores”. (COMISSOLI, A. “Do Arquipélago ao Continente: Estratégia de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão – Séc. XVIII.” *Revista Aedos*. Vol. 02. Nº 03, p.93. 2009).

¹⁸ Cabe ressaltar que, até a data de 1809, a única vila existente na capitania foi a de Rio Grande. Esta foi fundada como freguesia em 1738 no entorno do forte Jesus-Maria-José – construído em 1737 por José da Silva Pais com objetivos estratégico-militares, em resposta ao cerco da Colônia de Sacramento. Em 1747 com suas funções bem estabelecidas – apoio à Colônia de Sacramento, ponto estratégico-militar e econômico e manutenção do território português – Rio Grande é elevada à vila, tornando-se em 1751 sede da Câmara. Sobre o assunto ver: FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul 1503-1964*. Porto Alegre: Globo, 1958; pp.30-31. PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC; FCC Edições; Rio Grande: Ed. da FURG, 1988; pp.110-111.

¹⁹ CESAR, Guilhermino *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970; p. 135. MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre – História e Vida da Cidade*. Porto Alegre: Editora da URGs, 1973; p.65. E, _____. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993; pp.21-22.

²⁰ Segundo os estudos feitos a partir da correspondência entre o governador José Marcelino de Figueiredo e o vice-rei Marquês de Lavradio, este último ordenou que o governador fosse até o Rio de Janeiro prestar contas e subordinação, por conta de sua maneira inadequada e indisciplinada. Contudo, pelo desenrolar dos fatos entre 1771 – 1773, o período de governo do seu substituto, Antônio da Veiga Andrade, foi constatada a preferência por José Marcelino, por ser este “homem de mãos limpas”. (COMISSOLI, Adriano. *Os “Homens Bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767 – 1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/Editora da UFRGS, 2008; pp. 47-56).

Francisco do Porto dos Casais, arranchamento recém desvinculado de Viamão²¹. Cabe lembrar que, já em 1772, o governador Antônio da Veiga de Andrade teria dado ordens para o Capitão Alexandre José Montanha dar início ao desenho das ruas e cedido, à beira do Guaíba, meia data de terras a alguns dos antigos assentados²².

...Faça divisão de sessenta meias datas para outro igual número de casais dos quais já se acham moradores no dito Porto de São Francisco, sendo a meia data que compreender as casas da estância com seu pomar para Passais do Vigário da Freguesia, (...) **deixando-se suficiente terreno para logradouro da Vila...**²³

Apesar de Veiga de Andrade ter principiado o processo de “urbanização” de Porto Alegre, o seu novo status de capital, adquirido sob o governo de Figueiredo, mostrou-se mais relevante para a construção da cidade. Todavia, tendo em vista a situação precária do ex-arranchamento diante de Viamão, têm-se estudado o porquê deste deslocamento. Acredito que a única resposta a esta questão é o já mencionado pragmatismo lusitano. Considerando o fato de José Marcelino Figueiredo ser um militar, sua estratégia primeira foi conduzir a sede do governo a **um lugar que fosse seguro**. Na opinião de Domingos Marques Fernandes, o governador

...escolheu o sítio melhor que há naquele Continente; por ficar bem no centro dele, **onde não pode chegar o inimigo**, senão por navegação; (...) cujas águas o lavam pelo Norte e pelo Poente; e pelo Sul a buscar o giro e canal para a Lagoa dos Patos, na forma que também se disse; muito espaçoso e superior a inundações, de bom clima, desafoçado, e de **extensas vistas d’água e de terras...**²⁴

Estando o Rio Grande de São Pedro em estado de alerta devido às investidas espanholas, cuja vila de Rio Grande encontrava-se sob seu domínio, aponta-se para o grande relevo da mudança da capital dos campos de Viamão, totalmente desprotegidos natural e/ou artificialmente, para São Francisco dos Casais, guarnecida não só das águas do Guaíba, mas por defesas terrestres como o muro e o fosso em seu entorno, fechando

²¹ Em verdade, pouco antes de ter a Câmara deslocada, Porto Alegre foi elevada à freguesia, em 1772, tornando-se independente de Viamão. Contudo, o que interessa notar é que mesmo com o deslocamento político e administrativo para Porto Alegre, a freguesia não se tornou vila, evidenciando que o fator administrativo ficou acima do estatuto de localidade. (FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000; pp. 13-14 e COMISSOLI, *Op. cit.* p.58).

²² Na relação de moradores de 1784, apesar de serem terrenos na zona rural (fora dos portões), havia descrição de muitos moradores que receberam tanto deste governador quanto de José Marcelino de Figueiredo. (AHRN, F-1198 A. *Relação de Moradores da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre*).

²³ ANTUNES, Paranhos. “Porto Alegre no século XVIII”. In: *Congresso de História e Geografia Sul-riograndenses*. Vol. III, 1940; p. 1052, grifo meu.

²⁴ FERNANDES, *Op cit.*, pp.24 – 26, grifo meu.

a povoação²⁵. A partir destas estruturas materiais defensórias, percebe-se a preocupação na composição de um espaço físico fechado; não obstante a área instituída pela freguesia já se estruturar *a priori* como um delimitador administrativo, fisicamente, os “portões” delimitavam o local de sociabilidade no que concerne o “dentro” e o “fora”²⁶.

Outro aspecto relevante juntamente à proteção é a **condição portuária** da nova capital. Este mote agilizou o transporte e a comunicação com as outras povoações do território, sendo componente imprescindível naquele momento por decorrência das investidas espanholas e dos estratagemas para retomada de Rio Grande. Além disso, estritamente ligado à questão portuária encontrava-se a ação mercantil; de fato, ter um porto no meio da capitania, intermediando a ligação entre o litoral e seu interior fez com que o fluxo comercial aumentasse.

Obviamente ser a “esquina do Rio Grande” deixava Porto Alegre numa posição privilegiada, acentuando seu potencial estratégico-militar, mas principalmente econômico²⁷. Na sua obra *Porto Alegre e seu comércio*²⁸, Sérgio da Costa Franco demonstra o potencial desta cidade conhecida desde seus primórdios como “porto”. É notório que, mais que uma praça militar, Porto Alegre foi uma praça mercantil de relevância, como mostram os róis de confessados, ao contabilizar a “Gente do Mar”²⁹, efetuando o recenseamento por embarcação atracada no porto, ou ainda, pelo levantamento realizado por Manuel Antônio de Magalhães, em 1808, relatando ao vice-rei do Brasil, D. Fernando José de Portugal, os bem sucedidos negócios e negociantes da capitania³⁰.

Ter a Câmara transladada à freguesia inseriu Porto Alegre na dinâmica do Antigo Regime, pois tal instituição desenvolveu-se como prática de inserção e manutenção do poder da “nobreza da terra” diante do centro (conforme se discorrerá mais adiante), arquitetando o status da capital da Capitania; não obstante seu caráter mercantil sobressaiu, ao longo do tempo, sobre as funções político-administrativas e garantiu a manutenção desse status.

²⁵ COMISSOLI, *Op.cit.* p. 59.

²⁶ Não estou aqui afirmando que não houvesse relações fora dos portões, pois ao seu redor encontravam-se grandes propriedades, além das azenhas e moinhos – “inspiração” para os futuros bairros da cidade – contudo seu interior configurava-se num espaço mais restrito de loteamento, privilegiando esta sociabilidade.

²⁷ COMISSOLI, *Op. cit.*, pp.45-46; MACEDO, *Op. cit.*, p.23.

²⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983; pp. 9-17.

²⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. *Róis de Confessados* de 1790 e 1792.

³⁰ MAGALHÃES, Manuel Antonio de. “Almanak da Vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro”. In: *Revista IHGRGS*, nº 143, 2008, pp. 119 – 140.

1.1 Sobre o traçado urbano: Porto Alegre planejada?

Segundo as determinações do governador, o Cap. Alexandre José Montanha abriu as ruas da nova sede do governo. Infelizmente não há plantas ou mapas feitos pelo engenheiro que nos mostre como foi idealizada a freguesia, contudo acredita-se que o núcleo urbano de Porto Alegre teve início em três ruas principais: a da Praia, do Cotovelo e da Igreja (atualmente, R. dos Andradas, R. Riachuelo e R. Duque de Caxias, respectivamente); cortadas por becos e ruelas, ou ainda por pequenos córregos.

Verificada a abertura das ruas pelo engenheiro, obtemos uma primeira configuração do núcleo da seguinte maneira (Figuras 1 e 2): seria limitada em sua maior extensão pelo Guaíba; no plano terrestre, à leste estaria a Rua Bragança (atual R. Marechal Floriano) que interceptada pela Rua São José (prolongamento da Rua da Igreja) e pela Rua do Cotovelo, vão formar o largo onde ficou conhecido como praça do Portão, o ponto de entrada simbólico da freguesia de onde partiam os muros³¹.

Junto à praia, a noroeste, foi aberta a Rua da Praia e seu prolongamento, a Rua da Graça (unidas comportam, hoje, a extensão da R. dos Andradas), ambas conhecidas por concentrarem casas de comércio e residências de negociantes. Segundo Saint-Hilaire, em sua passagem à província em 1820,

... é a única comercial, é extremamente movimentada (...) É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões. Quase na metade desta rua existe um grande cais dirigido para o lago (...). A vista desse cais seria de lindo efeito para a cidade se não houvesse sido prejudicada pela construção de um edifício pesado e feio, à entrada da ponte (...) destinado à alfândega.³²

À ponta da península, a oeste, localizava-se a Praia do Arsenal (atualmente R. Gal. Salustiano), onde, obviamente, encontravam-se os prédios para armamento e munição, de acordo com a função estratégico-militar que a capital assumiu. Limitado a sudoeste, encontrava-se o último trecho do centro histórico a ser ocupado – as ruas do

³¹ Segundo Riopardense de Macedo, esta estrutura de defesa não passava de “*trincheiras de pau-a-pique com um valo na parte externa*”, construídas a partir de 1778. Todavia, o fosso, mesmo que de forma modesta em comparação com outras fortificações, no cumprimento de suas funções mostrava-se eficaz aos olhos do governador. Os muros estendiam-se ao redor do núcleo inicial, partia da R. do Riacho (R. Washington Luiz), passando pela várzea e subindo pelos terrenos onde hoje encontram-se os complexos da Santa Casa terminando no litoral do Guaíba, no Caminho Novo (hoje R. Voluntários da Pátria). MACEDO, *Op.cit.*, p.32.

³² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999; p. 41.

Arvoredo (R. Fernando Machado) e a da Varzinha³³ (R. Demétrio Ribeiro) – com traçado totalmente irregular ditado pelo acompanhamento do rio.

Um ponto importante do núcleo era o “Alto da Praia”, hoje o espaço compreendido pela Praça Marechal Deodoro: um polígono formado pela Rua da Igreja, a Rua Clara (hoje R. Gal. João Manoel), a Rua do Cotovelo e ao leste, apesar de não ter sido identificada em nenhum relato, seu último lado era composto por uma ruela, atualmente R. Espírito Santo. O Alto da Praia recebeu este nome, pois se encontrava apenas há duas quadras das águas da praia e no terreno mais elevado do sítio. Devido a esse último motivo, o local foi destinado aos prédios públicos: ao palácio do governador, à casa da Fazenda Real e à Igreja Matriz de N. Sra. da Madre de Deus. É certo que nesta parte da urbe habitassem as pessoas de maior representação social, como altos funcionários, membros da Igreja e militares.

Segundo o arquiteto Günter Weimer, o povoado teria começado por aí, não só porque na rua se achava a Igreja, como também seu desenho era o mais irregular. Enquanto que as demais ruas, da Praia e do Cotovelo, mantinham certa regularidade “*e requinte bem maior em seu acabamento, em seus primeiros trechos são perfeitamente retas, num sinal que foram traçadas a cordel como impunha as ordenações*”³⁴. Quanto à primeira afirmação deste pesquisador, é importante lembrar que a povoação à beira do Guaíba também deve ter impulsionado na constituição das ruas. Na costa do rio, segundo o viajante Nicolas Dreys, deu-se o princípio da ocupação “*do Porto dos Casais, composto somente de algumas choupanas*”³⁵, nada impedindo ao Cap. Alexandre José Montanha de ali, e parecendo mais óbvio que assim o fizesse, ali seus trabalhos iniciar. A respeito da segunda asseveração de Weimer, a historiadora Sandra Pesavento³⁶ afirma que as primeiras ruas de Porto Alegre foram delimitadas segundo o edital português de 1747, e não pela Lei das Índias³⁷, todavia ressalta a impossibilidade

³³ Segundo Sérgio da Costa Franco, a Rua da Varzinha não faria parte deste conjunto inicial, aparecendo em documentação oficial apenas em 1810. (FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1988. p. 132)

³⁴ WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004; pp. 102-106.

³⁵ Dreys morou no Rio Grande do Sul por 10 anos, desde 1817. Escreveu seu livro em 1839. DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961; p. 100.

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 249.

³⁷ De acordo com Ana Cláudia de Miranda Dantas, Filipe II, no ano de 1573, instituiu as ordenações conhecidas como Lei das Índias, primeira legislação urbanística da Idade Moderna, com o intuito de associar os princípios e ideais renascentistas, as influências do Tratado de Vitruvius e as influências americanas. Já o Regimento de 1747 foi estabelecido pelo ministro Alexandre Gusmão para regulamentar

de um seguimento metódico do planejamento devido aos acidentes do terreno, muito cheio de riachos e córregos, além da elevação ao meio do sítio. Mas mesmo com estes acidentes geográficos, podemos reconhecer que Porto Alegre segue o traçado a cordel e enquadra-se no tipo de malha regular *reticular* (Figura 3), “*cujas ruas se cruzam em diferentes ângulos e ritmos que delimitam quarteirões trapezoidais ou poligonais de diferente número de lados*”³⁸.

Esse tipo de traçado reticular está presente em muitos outros núcleos de habitação neste período, como é o caso de Cuiabá (Figura 4). A *Vila Real do Senhor de Bom Jesus de Cuiabá* foi fundada no início do século XVIII, em função da extração aurífera, e foi erigida ao longo do rio Cuiabá. A hierarquia de suas ruas, assim como Porto Alegre, teve como referência o rio: principais ruas paralelas ao curso do ribeirão e ruas menores perpendiculares a estas. Além de apresentar o polígono na área mais alta do sítio, concentrando a Igreja Matriz, o prédio da Cadeia, a casa do Juiz de Fora e, logo acima, a Casa do Governador.³⁹

Acredito ser importante ainda comparar Porto Alegre e Cuiabá com Vila Bela. Construída em 1752, a *Vila Bela da Santíssima Trindade*⁴⁰, para onde foi transferida a capital da Capitania de Mato Grosso, anteriormente status de Cuiabá, possuía malha *ortogonal* (Figura 3 e 5) e seguiu com rigor as instruções da ordem de 1747. O que podemos constatar é que Porto Alegre, apesar de seguir o plano de 1747 como Vila Bela, tem maior proximidade com Cuiabá – cuja edificação foi anterior à ordem –, pois ambas sofreram interferência geográfica. Todavia os três aglomerados mantêm-se preocupados, e de certa forma fiéis, ao traçado “à cordel”, na tentativa de manter retilíneo, regular e ordenado os territórios fronteiriços de grande valor para a Coroa portuguesa.

1.2 Sobre a arquitetura: açoriana ou portuguesa?

A respeito da arquitetura, uma parcela da historiografia rio-grandense estabeleceu, incontestavelmente, uma herança açoriana às habitações da Porto Alegre colonial. Mas quais os elementos dariam a casa o título de açoriana? Tais

os assentamentos para os imigrantes açorianos que colonizariam o sul. Esta lei ordenava traçar ruas de 30 pés de largura (9,144 m) e demarcar uma praça quadrada de 500 palmos (110 m) de lado. Para as casas de moradia estabelecia a importância de deixar amplos pomares e hortas, sendo as frentes dimensionadas em palmos (1 palmo= 0,20m). DELSON, *Op.cit.*, p. 45. ROCCA, *Op.cit.*, p. 195.

³⁸ ROCCA, *Op.cit.*, p. 64.

³⁹ ROCCA, *Op.cit.*, pp. 220 – 223.

⁴⁰ Esta nova vila foi concebida para conter o possível avanço espanhol na fronteira e evitar atividades ilícitas de bandeirantes mineradores. Diferentemente de Cuiabá, seu planejamento foi discutido e documentado. (DELSON, *Op.cit.*, p. 32-36.).

especificidades são encontradas apenas nos núcleos de povoação açorita? Intenciono aqui, repensar esta herança, caracterizando a casa açoriana e a de Porto Alegre, comparando a última com a residência em Macapá e Rio de Janeiro.

As obras dos arquitetos Nestor Goulart Reis Filho e Carlos A. C. Lemos⁴¹, para o Brasil, e de Günter Weimer⁴², para o caso do Rio Grande do Sul, tratam a casa como de influência lusitana e seus estudos descrevem a mesma a partir da funcionalidade e do pragmatismo, características próprias da arquitetura de “escola” lusa. Dentre os representantes da historiografia regional, Riopardense de Macedo oferece maior luz ao objeto central desta pesquisa – as edificações da freguesia de N. Sra. de Madre de Deus – com obras que abordam a história da cidade e principalmente o livro *O Solar do Almirante*⁴³, onde trata da arquitetura da Rio Pardo Colonial.

Por muito tempo, o trabalho desse último pesquisador preencheu algumas lacunas quanto à arquitetura neste período no Rio Grande de São Pedro. Em estudo comparativo entre a casa açoriana e as construções de Rio Pardo ele verificou características análogas. Para Macedo, essas mesmas estruturas encontradas em Rio Pardo, muito bem se aplicariam à Porto Alegre pela similaridade entre os sítios: limitados por margem fluvial, povoados por açorianos, composição ambiental semelhante, disponibilidade de material para construção, além da característica estratégico-militar. Todavia, nenhuma documentação foi analisada pelo autor para fundamentar esta afirmação, permanecendo no campo hipotético.

Mesmo assim, faz-se necessário abordar o estudo feito por Macedo, e suas considerações quanto à casa rural açoriana, a qual na mudança para um espaço mais restringido adaptou-se, não apenas para seu novo local, mas também para suas novas funções. Para o autor, a residência riograndense tem sua origem na casa rural dos Açores. Essa tinha uma estrutura horizontal, contendo uma **cozinha** caracterizada pelo forno arredondado, uma sala de convívio com porta principal para o pátio correspondendo ao “**meio da casa**”⁴⁴ e o “**quarto de camas**”, o qual geralmente tinha uma espécie de mezanino – a *falsa* – onde havia uma nova cama para as crianças.

⁴¹ Para estudo da casa brasileira ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura* São Paulo: Perspectiva, 1976. e LEMOS, Carlos A. C. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

⁴² Deste autor ver: WEIMER, Günter (org.). *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. e WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

⁴³ MACEDO, Riopardense de. *O Solar do Almirante – História pela Arquitetura*. Porto Alegre: Editora da URG/ IEL, 1980.

⁴⁴ Esta peça é de fácil identificação não só pela porta principal, mas pela existência da *copeira* (um nicho para guardar as louças e objetos de valor da família) e o *agulheiro* (nicho para guardar os objetos de costura) junto à janela. (MACEDO, *Op.cit.*, p. 66).

No advento da casa urbana (Figura 6), o que se pôde observar é que esta mesma disposição de peças é condensada em um tipo de lote com características bastante definidas, e reutilizada para funções mais sociais. O que se verifica é o aparecimento da casa-em-fita, ou seja, casas com uma parede divisória para duas; com disposição vertical frente-fundos, também conhecida como “casa de porta e janela” (Figura 6 e 7), conforme exemplo:

huma morada de cazas citas nesta villa, na rua que faz canto para a rua da Igreja, com frente a oeste, fundos a leste que pela parte do Norte se divide com caza de Manoel Joaquim Marceneiro; cobertas de capim com hua **porta e humja janela na frente...**⁴⁵

A cozinha foi deslocada para os fundos e as outras duas peças se tornaram de recolhimento, pois a casa tem sua porta principal para um corredor, restringindo o convívio das mulheres com os demais freqüentadores da casa. Esta restrição também é percebida pela nova orientação da falsa, agora no mesmo quarto onde há a copeira e o agulheiro. Fica o antigo “meio da casa” exclusivamente para reuniões sociais ou para existência de loja ou armazém. Em escrituras de vendas é possível observar esta disposição em 1800.

...hua morada de caza de madeira coberta de telhas cita na Rua do Cotovelo com quarenta e seis palmos de frente, com hua **sala** a frente e tres **alcovas** para o entrior da mesma sala. Com seu **pátio e cozinha** ...⁴⁶

Ou nesta outra escritura de doação de propriedade, em 1807.

...hum lance de cazas cita nesta villa no fim da Rua Formosa que a edificam (...) com uma **salla** de vinte e três palmos de frente, **duas alcovas**, varanda e um quarto na mesma, **cozinha e quintal**, que se divide por leste com cazas e a oeste com terreno...⁴⁷

A circulação entre os três cômodos básicos realizava-se, sobretudo, por um corredor que, em geral, cortava a casa conduzindo da porta da rua aos fundos. Esse corredor (Figura 7) apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, conforme esta “*morada de cazas citas nesta villa na Rua da Graça frente ao*

⁴⁵ APERS, *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 36; fls. 137; datada de 12/05/ 1806, grifo meu.

⁴⁶ APERS, *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 28; fls. 160; datada de 15/11/1800, grifo meu.

⁴⁷ APERS, *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 38; fls. 80; datada de 12/09/1807, grifo meu.

norte com hua salla, nela hua porta, e janela, e hum portão de serventia de corredor por fora da salla ...”⁴⁸.

Além da casa térrea, outro tipo de habitação urbana característica neste período era o sobrado (Figuras 8 e 9). A diferença fundamental entre os prédios consistia no contra piso do sobrado deixado ao convívio familiar, enquanto seus pavimentos térreos acomodavam escravos e animais, quando não eram utilizados no comércio, conforme abaixo

fazia a venda como de facto havia feito a dita Irmandade ao comprador Jozé da Silva Lima das logas [lojas] de hum sobradinho cito na Rua do Cotovelo hindo para o Arsenal...⁴⁹

Ou ainda esta outra residência “*com dois lances, cita na Rua da Praia desta villa (..) com quatro portas na frente, e outra em humo beco que serve de corredor*”⁵⁰; os dois lances evidenciam o sobrado com sala térrea com muitas aberturas para melhor circulação no estabelecimento.

Quanto aos materiais, foram apreendidos desde os mais simples, como madeira, até mais elaborados como pedra, provavelmente com barro, ou ainda pedra e cal. Não foram localizadas casa em tijolos, mas certamente havia pela existência de olarias nesta época situadas na atual R. Lima e Silva. O sistema de cobertura, em telhado de meia água, procurava lançar a chuva recebida sobre a rua ou mais raro no período analisado de duas águas, com queda para rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno.

A partir deste estudo observa-se certa uniformidade na construção e, de fato, uma similaridade com a casa dos Açores descrita por Riopardense de Macedo. Todavia, para Reis esta tendência arquitetônica revela “*uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa*”⁵¹, visto que os padrões oficiais disseminaram-se, encontrando estas mesmas estruturas em outros pontos do reino, tal como observado por Roberta Delson, em planta de São José de Macapá (Figura 10), de 1759, que descrevia a residência deste modo:

O espaço interno é dividido em três pequenos compartimentos com vestíbulo estreito. Como na maioria das comunidades construídas tendo em vista

⁴⁸ APERS, *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 38, fls. 52; datada de 11/08/1807.

⁴⁹ APERS, *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 38; fls. 108-109; datada de 14/02/1808.

⁵⁰ APERS, *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 38; fls. 149; datada de 1807.

⁵¹ REIS FILHO, *Op.cit.*, p. 24.

minimizar os custos, as casas de Macapá são pegadas umas às outras, com paredes comuns. Seu exterior é uniforme, como mostra o desenho do rodapé da planta [Figura 10]; cada unidade tem três janelas simples sem ornato e uma porta com dintel singelo. Atrás de cada casa há um lote comprido destinado ao cultivo de um pomar e horta...⁵²

Ou pelo pesquisador Nireu Cavalcanti⁵³, em um contrato de construção de um edifício e reforma de doze “*moradas de casas*” no Rio de Janeiro, em 1755: casas simples “*com fachada de pedra e cal, portais e janelas de pedra*”, telhado de taipa com “*beiral do tipo cachorrada*”.⁵⁴ (Figura 11).

Em suma, pode-se observar que a casa rural dos Açores, tal como percebeu Riopardense de Macedo, pode ter sido uma referência para as residências urbanas do Rio Grande, porém os açorianos influenciaram também Macapá e o Rio de Janeiro? É certo que em ambos os casos houve migração açorita, contudo os aglomerados já existiam antes deste processo. Como explicar, então, suas semelhanças? A partir destas amostras pôde-se perceber uma similaridade entre as construções dos Açores e Brasil do período colonial, contudo, repensada a questão, reafirma-se um domínio português dos modos de viver das colônias. Ou seja, afirma-se o rompimento com a arquitetura açoriana, mas em absoluto por não apresentar parecença no material comparativo Açores/Brasil, mas, sobretudo pela existência do estilo antes mesmo do açoriano, reafirmando a existência inegável, em relação à arquitetura, de uma origem comum lusitana, não havendo uma especificidade açoriana aqui reconhecida.

⁵² DELSON, *Op.cit.*, p. 59.

⁵³ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 317.

⁵⁴ Na ponta dos caibros que faziam os contrafeitos, esculpam-se cabeças de cachorro, às quais atribuíam a função simbólica de proteção da casa, à semelhança das carrancas das navegações medievais. Por extensão estas peças ficaram sendo chamadas de cachorros, e o conjunto de caibros do beiral era a cachorrada.

Capítulo 2. Os Construtores de Porto Alegre: a sociedade do extremo-sul da América portuguesa e suas práticas.

Uma cidade não se ergue sozinha e instantaneamente, ela depende de seus habitantes e, na maior parte das vezes, corresponde àquilo que os mesmos esperam. Porto Alegre também teve seus porquês de existir em prol dos interesses de seus construtores; mas quem são esses e que práticas estão associadas à construção do seu status na capital do Rio Grande?

Sobre esta sociedade da América portuguesa, acredito serem relevantes as novas abordagens historiográficas sobre as relações entre metrópole e colônia, disseminadas pela “Escola do Rio de Janeiro”, que percebem a sociedade colonial e escravista enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime⁵⁵. Calcadas no conceito apresentado por Jack P. Greene de “*autoridades negociadas*”, o qual relativiza a idéia de absolutismo⁵⁶, esta linha de pesquisa revê tanto a ação dos representantes locais frente ao Reino, quanto a visão dualista e polarizada do “*pacto colonial*”, em prol de uma apreciação mais flexível e global, revelando uma percepção do Império ultramarino como um todo. Segundo Russel-Wood, essa abordagem destaca-se, sobretudo, pela “*reavaliação do Antigo Regime e do grau no qual o Brasil e outras partes do império encontravam-se perpassados pelas mentalidades e práticas [deste sistema]*”⁵⁷. Entende-se por práticas e mentalidade, a doação de mercês régias, concessão de direitos monopolistas e de privilégios a indivíduos ou grupos, reforçando sua grandeza, aumentando seu capital social e, por conseguinte, evidenciando, ainda mais, uma sociedade altamente hierarquizada e excludente.

Na tentativa de compreender a sociedade que aqui se formou, João Fragoso buscou as origens da elite do Império, e em estudo extenso, verifica que as denominadas “*melhores famílias da terra*” são aquelas oriundas do grupo de conquistadores, “*homens que fogem da pobreza, procedentes da pequena fidalguia ou egressos da*

⁵⁵ FRAGOSO, João (org.) et al. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; pp. 21-25.

⁵⁶ Nas colônias, segundo Greene, a impossibilidade de dispor de recursos para administrar diretamente, parte dos cargos de governo ou administração eram repassados aos colonizadores ou descendentes, como forma de apaziguar possíveis descontentamentos, cooptá-los para os projetos das metrópoles ou satisfazer os colonizadores com algum anseio de maior autonomia.

⁵⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Prefácio”. In: FRAGOSO, *Op.cit.*, p. 16.

‘elite’ de uma capitania pobre”⁵⁸. Para o pesquisador, os membros desse grupo, *a priori* desqualificados no Reino, obtiveram suas riquezas por meio de três práticas/instituições provindas da antiga sociedade lusa: a conquista (tanto de terras, quanto de homens); a participação na administração real – ambas pela obtenção de mercês, estreitando as relações com o Reino –; e a participação nas câmaras, estreitando as relações com potentados locais.

Dentre essas práticas, destaca-se o artifício remuneratório, que consistia na concessão de benesses em troca de serviços prestados à Coroa. Esse benefício adquirido pelo vassalo do rei poderia ser o direito a terras (sesmarias), cargos ou algum título de nobreza. No caso da América portuguesa, a administração real utilizou largamente dessa “economia da mercê” para assegurar seu domínio político nas colônias, aproveitando-se de um *ethos* aristocrático, conforme coloca Nuno Monteiro, de identificação com os serviços à monarquia. Pois, a partir do momento que cabe ao monarca conferir títulos e mercês, este detém do monopólio de graduar e qualificar os indivíduos, as famílias e/ou os “bandos”⁵⁹, incitando a competitividade entre os súditos enquanto estratégia de manutenção do poder⁶⁰. Todavia, não nos deixemos cegar por interpretações maniqueístas de um rei manipulador. Diante de uma rede de hierarquias tão complexas, devemos vislumbrar esse relacionamento entre rei e vassalos (reinóis ou de conquistas) inserido num sistema de cooperação e disputa, numa via caracterizada pela interdependência, conforme destaca Norbert Elias ao falar do monarca:

Sua dependência, do pessoal administrativo aumentou, e com ela a influência deste último; os custos fixos da máquina monopolista subiam constantemente; e no fim desse desenvolvimento, o governante absoluto com seu poder aparentemente ilimitado, era, num grau extraordinário, governado, sendo funcionalmente dependente da sociedade a que governa.⁶¹

Ainda sobre a prática de doação de benesses e a estreita relação entre o monarca e seus súditos, Maria Fernanda Bicalho afirma que,

ao retribuir os feitos de seus vassalos, a Coroa reafirmava o pacto político que **os unia a si própria**. A partir desses valores, noções e práticas

⁵⁸ FRAGOSO, *Op. cit.*, pp. 36-37.

⁵⁹ O termo “bando” foi difundido pelo historiador João Fragoso para caracterizar grupos políticos cujos membros desenvolveram relações de parentesco e reciprocidade a fim de manter-se na disputa pelo domínio de cargos conselhos no Rio de Janeiro do século XVII. FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, *Op. cit.*, pp. 61-69.

⁶⁰ BICALHO, M. Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, *Op. cit.*, p. 206.

⁶¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 2v. p. 102.

do Antigo Regime – e que tinham na economia das mercês sua lógica fundadora – os conquistadores da América portuguesa dispunham suas vidas e fazendas em prol de uma causa que não era apenas sua ou dos grupos que representavam; tornando-se, enquanto vassalos do Rei de Portugal, agentes da fundação e da coesão do Império português.⁶²

Contudo, Nuno Monteiro ressalta que essa prática de remuneração de serviços, nos séculos XVII e XVIII, promoveu certa *banalização*⁶³ dos títulos nobiliárquicos, dilatando o próprio conceito de nobreza, que antes estava ligado à “pureza do sangue”, agora podendo ser também “civil ou política”⁶⁴. O que isso significa? Ao pesquisar a aristocracia portuguesa, retomando sua fundação e seus valores, Monteiro afirma que a fidalguia era a nobreza existente desde o final da Idade Média, a qual se manteve ao longo dos séculos por meio do princípio da hereditariedade. Seus títulos foram recebidos na chamada “guerra viva”, onde os detentores de privilégios receberam-nos por desempenhar funções militares de grande importância nas conquistas do Império lusitano. Porém, observa-se que, apesar da nobreza corresponder cada vez menos a uma função e se transformar cada vez mais numa “qualidade”, “*o ideal nobiliárquico (...) manteve-se sempre prisioneiro desse referencial originário e fundador, em larga medida associado a funções militares.*”⁶⁵, abrindo uma brecha para grupos menos afortunados.

Portanto, os domínios ultramarinos possibilitaram a formação de uma “nova” elite social, que através da prestação de serviços, garantiu ao rei a posse sobre os territórios recém conquistados, assegurando a autoridade monárquica, bem como permitiram a esses súditos do Império receberem mercês, degraus de ascensão dentro da sociedade colonial. Cabe ainda ressaltar que, à medida que o território tomava vulto diante dos olhos do centro, as “*possibilidades de prestar serviços relevantes eram condicionadas pelo acesso que conferiam oportunidade para tal*”, e, entre os critérios de escolha para esses ofícios, contava cada vez mais a “*qualidade de nascimento*”⁶⁶. Evidente que isso não descartava a possibilidade de indivíduos de grupos sociais inferiores também

⁶² BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, mercês e poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº.2, p.21-34, novembro de 2005. Disponível em: www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf. Acesso em 17/09/2010. Grifo meu.

⁶³ MONTEIRO, Nuno G. “O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº.2, p.4-20, novembro de 2005. Disponível em: www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf. Acesso em 17/09/2010.

⁶⁴ BICALHO, M. Fernanda. “As câmaras ultramarinas...”. *Op.cit.* p. 203.

⁶⁵ MONTEIRO. *Op.cit.* p. 06.

⁶⁶ MONTEIRO, Nuno G. “Trajetórias Sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séc. XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, *Op. cit.*, p. 232

entrarem na rede de reciprocidade com o rei, pois, conforme a historiadora Maria Fernanda Bicalho, “*o ideário da conquista, a ‘economia da mercê’ e o exercício do poder camarário apareciam, na dinâmica do Império português, como mecanismos de afirmação do vínculo político entre vassalos ultramarinos e soberano*”⁶⁷, que mesmo dispondo de menos privilégios em relação à antiga fidalguia, se distinguiu dos vassalos comuns, reproduzindo na colônia a sociedade hierarquizada portuguesa, seus padrões de conduta e práticas, pautados na honra e distinção.

2.1. Um pequeno hiato: considerações sobre o *Antigo Regime nos Trópicos*

Os apontamentos supracitados evidenciam que vários dos instrumentos do Antigo Regime operaram na constituição das elites coloniais, contudo, acredita-se serem proveitosas as discussões em torno desta afirmação. Caracterizado pelo poder absoluto e centralizado do rei e forte divisão estamental, o conceito de *Antigo Regime* foi revisto por Antonio Manuel Hespanha que, ao estudar os valores e práticas desenvolvidos em Portugal, observou que a centralização monárquica era muito frágil e afirmou que a Coroa portuguesa, ao servir-se de instituições político-jurídicas para firmar seu poder, sobretudo em locais distantes do centro administrativo do Império, fragmentou o poder régio, caracterizando um sistema político que o autor chamou de “monarquia corporativa”⁶⁸. Este sistema é qualificado por Hespanha da seguinte maneira: enxugamento das funções régias, concentrando suas atividades no exercício da justiça; limitação do direito legislativo da Coroa, “*enquadrado pela doutrina jurídica (...) e pelos usos e práticas jurídicos locais*”⁶⁹; sobreposição de poderes político e administrativo, formando hierarquias que por essa natureza acabavam por se contrapor umas às outras, inclusive em relação ao próprio rei; e os deveres políticos dos vassalos do rei apagados diante dos deveres morais e afetivos.⁷⁰

Apesar das idéias de centralização e rígido controle sobre as colônias disseminadas pela historiografia tradicional, Hespanha ressalta uma deficiência no projeto colonial, e acredita que essa concepção deriva, sobretudo, da existência de laços de hierarquia funcional entre vários níveis do aparelho administrativo. Todavia as

⁶⁷ BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, mercês e poder local...”, *Op. cit.*, p.30. A autora traz um bom exemplo de elite colonial na América portuguesa, a “*nobreza da terra*”: classe composta pelos vassalos do rei que obtinham uma posição importante em sua localidade, como senhores de terras e escravos, além de terem acesso a cargos nas Câmaras Municipais.

⁶⁸ HESPANHA, A. M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, *Op. cit.*, pp.163-187.

⁶⁹ HESPANHA, A. M. “A constituição...” *Op. cit.*, p.166.

⁷⁰ Para o autor estes valores morais estariam ligados à graça, gratidão e etc. e os afetivos às redes de sociabilidade. HESPANHA, A. M. “A constituição...”. *Op.cit.*, p.166.

considerações levantadas por Hespanha, influência clara para outros pesquisadores, como por exemplo, Bicalho, Fragoso e Gouvêa, autores de *O Antigo Regime nos Trópicos*, foram criticados pela historiadora Laura de Mello e Souza que, em seu livro *O Sol e a Sombra*⁷¹, discute o uso de conceitos e formulações “*nem sempre claras o suficiente*”, entre esses, o próprio termo *Antigo Regime nos Trópicos*.

A pesquisadora salienta alguns equívocos presentes nos estudos de Antonio Manuel Hespanha, pois para a mesma, os pressupostos do autor mantêm sua funcionalidade somente em análises concernentes ao século XVII em Portugal, não sendo aplicáveis em pesquisas referentes às colônias lusitanas. A pergunta que a autora faz-se é se “*as diferenças entre metrópole e colônia são irrelevantes a ponto de justificarem a abordagem da América portuguesa como quase uma versão tropical do Antigo Regime europeu?*”.⁷² A crítica da autora quanto a utilização do termo *Antigo Regime nos Trópicos* é clara: esse conceito não pode ser aplicado para se referir ao império ultramarino português, e levanta alguns argumentos para sua afirmação. O primeiro deles, que o Brasil colonial não teve um período feudal, momento em que se criou, na Europa, uma sociedade desigual, baseada em privilégios; no segundo, a autora vale-se de um artifício retórico, na tentativa de desmembrar o termo *Antigo Regime nos Trópicos*, enfatizando o conceito (endurecido) de absolutismo e de supressão do poder central sobre as autoridades locais, contrário à abordagem da escola carioca; e, por último, por esta chave interpretativa da sociedade colonial negligenciar o sistema escravista.

Sobre a primeira premissa, se a América lusa não conheceu o feudalismo europeu, ao menos vivenciou uma sociedade articulada hierarquicamente com base nos privilégios. Quanto à segunda, acredita-se que a presença do Estado no Império não é negada pela nova historiografia, mas ao contrário, que para firmar sua autoridade, a monarquia lusa valeu-se de práticas sociais e institucionais variadas, de um sistema político vantajoso (o corporativo), sobretudo, nos territórios ultramarinos, pois garantia à Coroa mecanismos que agregavam, em maior ou menor escala, as colônias ao aparelho administrativo do Império português. Em relação ao terceiro item, Hespanha objeta a suposta incompatibilidade entre os sistemas corporativo e escravista buscando primeiramente uma origem européia da escravidão, ressaltando sua regulamentação jurídica estabelecida no Velho Mundo. De fato, não há como ignorar uma sociedade que

⁷¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. pp. 58-70.

⁷² SOUZA, *Op.cit.*, p. 60.

tenha metade de sua composição social formada por escravos, mas a administração deste contingente, segundo Hespanha, não se mostrava um encargo do Estado, aliás, o autor ressalta que o governo dos escravos fora sempre uma questão doméstica, ratificando que, “afinal, ‘administrar uma sociedade composta predominantemente por brancos’ era pouco diferente ‘que fazê-lo quando o contingente escravo podia chegar (...) a 50% da população”⁷³, o que introduz facilmente o escravo no modelo corporativo.

Nuno Monteiro traz ainda uma última contribuição para essa discussão que complementa a idéia de monarquia corporativa devido às várias instâncias político-administrativas e a distância entre o Reino e o Império, mas relativiza quanto a uma ação débil do monarca (por vezes, interpretação exagerada da monarquia corporativa). Diz o autor:

Uma das características fundamentais da administração portuguesa na colônia era a sua divisão, não só espacial, mas também sectorial, em instâncias múltiplas, as quais mantinham todos os canais de comunicação política com Lisboa...⁷⁴

Este canal de comunicação com Lisboa foi a principal via de negociação entre as elites da periferia imperial com o centro, numa lógica de diferenciação política e social caracterizando uma monarquia pluricontinental.⁷⁵

Em suma, compreende-se que o *Antigo Regime* é um conceito gerido nas turbulências pós-revolucionárias francesas, repleto de significações próprias, porém acredita-se que, ao longo do tempo, o vocábulo adquiriu certa maleabilidade, permitindo peculiaridades de acordo com o local e o período do qual está se tratando⁷⁶. Ao mencionar a sociedade de *Antigo Regime* na América portuguesa, atenta-se para o fato de que nas colônias lusitanas havia fatores que diferenciavam as relações ali existentes daquelas presentes na metrópole. Entretanto, apesar das particularidades existentes entre os territórios que pertenciam ao Império português, a sociedade que se formou nesses locais pautava-se em valores e práticas desenvolvidas no reino, sendo possível o uso de tal conceito.

⁷³ HESPANHA, António Manuel. “Depois do Leviathan”. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº.5, pp.65-66, maio de 2007. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_artigo_1.pdf. Acesso em 18/09/ 2010.

⁷⁴ MONTEIRO, Nuno G.; CUNHA, Mafalda Soares da Cunha. “Governadores e Capitães-mores do imério atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: _____ et all. *Optima Pars – Elites Ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 193.

⁷⁵ MONTEIRO, *Op.cit.*, p. 194.

⁷⁶ É fato que, em pouco tempo, o conceito (e o conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais presentes na sociedade da França pré-revolucionária, que ele representava) passou a caracterizar sociedades existentes nos Estados Modernos em formação na Europa entre os séculos XV e XIX.

2.2. Mecanismos de ascensão e manutenção sociais: o lugar da arquitetura

Conforme se verificou, as velhas práticas do Antigo Regime, tais como o sistema de distribuição de mercês da Coroa, a composição de uniões matrimoniais endogâmicas e exogâmicas das famílias nobres, relações de compadrio e outras alianças que criavam vínculos de reciprocidade, fomentadoras da hierarquia social lusa, são facilmente encontradas no Império Ultramarino⁷⁷. No extremo-Sul da América portuguesa não foi diferente, a sociedade sulina também nascera sobre a égide do Antigo Regime⁷⁸, e como vimos, muitas famílias que colonizaram o território, assim como acontecia em diversas partes da Colônia, reivindicavam o estatuto de “nobreza da terra”. Contudo, ter a “fidalguia” não bastava para assegurar o prestígio, sendo necessário reafirmar as posições de mando e sentimento de superioridade⁷⁹. Certamente, os membros desta sociedade estavam cientes da conjuntura à qual pertenciam e mesmo o indivíduo possuidor de visibilidade no conjunto social precisava se adaptar e se inserir nos modos de ser e viver da localidade.

Norbert Elias, na obra *A Sociedade de Corte*, ao tratar da sociedade francesa, também traz à luz novas práticas de sociabilidade desta elite no Antigo Regime. Ele aponta a necessidade de estratégias para “*preservar a liberdade de ação e a margem de manobra*” dentro da rede social⁸⁰ e estuda a habitação como forma de manutenção do poder e distinção social. Segundo seus estudos, as habitações da elite francesa estavam classificadas pela categoria do proprietário, cuja riqueza não influenciava na sua construção, mas somente seu nível e posição sociais, de forma que os elementos característicos, tais como o tamanho da construção, o número e disposição de seus cômodos e o estilo de sua fachada⁸¹, ratificavam o dever de ostentação.

Todavia, não implicava apenas a relação do indivíduo com sua sociedade, mas as relações futuras e a manutenção de sua família ao longo do tempo.

⁷⁷ Ver os trabalhos de João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Maria Fernanda Bicalho, entre outros.

⁷⁸ Sobre o assunto ver: HAMEISTER, M. D.; GIL, T. L. “Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)”. In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de. (Org.). *Conquistadores e Negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 265 – 310. COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons”...* Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/Editora da UFRGS, 2008.

⁷⁹ Segundo João Fragoso, um dos elementos que fundamenta a “nobreza da terra” é o sentimento de superioridade destes sobre os demais da colônia. Este sentimento não era unilateral, mas alimentado pelo reconhecimento dos súditos comuns de que determinado indivíduo/família destacava-se em “qualidade”. FRAGOSO. “*O Antigo Regime...*”. *Op. cit.* p. 52.

⁸⁰ ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Prefácio, Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 29.

⁸¹ Diferentemente desta pesquisa que detém de esparsas informações sobre as habitações de Porto Alegre, Norbert Elias utiliza-se das plantas baixas e desenhos disponibilizado na *Encyclopédie*. Recueil de Planches, vol. 2, seção Arquitetura, parte V.

Para o *grand seigneur*, a aparência física da casa no espaço, é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua “casa” no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa.⁸²

Esta pesquisa também pretende aferir o quão relevante a questão da habitação foi para sociedade lusa no Império. Todavia a inexistência de resquícios arquitetônicos, bem como de plantas baixas ou imagens do período, que possam auxiliar na mesma, dificultam um estudo tal como Norbert Elias propôs, sendo necessária uma abordagem também dos espaços escolhidos, conforme Nireu Cavalcanti realizou para o *Rio de Janeiro Setecentista*⁸³, analisando a cidade a partir de suas freguesias.

Deste modo é avaliada a Porto Alegre colonial, tendo sempre em mente que, quando a Câmara municipal foi transladada de Viamão para a freguesia de N. Sra. de Madre de Deus, em 1773, houve resistência de seus membros, os quais foram ordenados pelo governador José Marcelino de Figueiredo a se mudarem, conforme expresso em Ata de Vereança de 1773:

... o Governador José Marcelino de Figueiredo por carta (...) em que se achava já residindo no Porto Alegre e que para o mesmo lugar se devião de passar com a residencia essa Camara e mais Justiças para o aumento da mesma Capitania e bem comum das partes e ponderando nas mais circunstâncias da dita ordem detreminarão fazer ciente esta mudança ao Doutor ouvidor geral e corregedor da Comarca expedindoselhe hú próprio a custa da mesma Camara em que lhe certificarão fazer a dita passage sem demora de tempo como lhe havia **sid**o intimado na ordem do mesmo Governador...⁸⁴

Após terem sido “intimados” à mudança, nem todos os camaristas aceitaram tal condição, permanecendo nos Campos de Viamão. Aos que foram, peço atenção para o *modus vivendi* destes homens e pergunto-me: como homens tão “nobres” poderiam habitar um arranhamento de casais açorianos? Esta questão pode ser respondida com o óbvio: o local para a moradia e a própria casa não são escolhas aleatórias. Quando Manuel Bento da Rocha, um dos “homens bons” do Continente de São Pedro⁸⁵, deixou os campos de Viamão e sua “*morada de casas coberta de telhas*”⁸⁶ para estabelecer-se na freguesia de N. Sra. de Madre de Deus, não foi de qualquer maneira, nem em

⁸² ELIAS, *Op.cit.*, p. 75.

⁸³ Muito interessante o levantamento que Cavalcanti realiza, esboçando o mercado imobiliário que se formou na cidade do Rio de Janeiro. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 259-283

⁸⁴ Ata de Vereança de 25 de julho de 1773. In: IHGRGS. *A História de Porto Alegre no Boletim Municipal*. Boletim Municipal. Vol.5, n.12, p.416. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2009, grifo meu.

⁸⁵ Sobre a análise deste agente e suas redes de sociabilidade ver: COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons”...* Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/Editora da UFRGS, 2008.

⁸⁶ APERS. *Livro de Notas 1º Notário de Porto Alegre*. Livro 03; fls. 93v-94v; datada de 15/03/1771.

qualquer lugar, que resolveu morar. Segundo o Rol de Confessados de 1779, ele encontrava-se na Rua Nova, vizinho de outro camarista Manuel Fernandes Guedes⁸⁷. Nos anos que se seguiram, sua residência encontrava-se na Rua da Igreja, junto ao governador José Marcelino de Figueiredo e, depois, a Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, entre outros homens de prestígio da administração local.⁸⁸

O mesmo pode ser vislumbrado para seu companheiro de “bando” José Francisco da Silveira Casado (irmão de Francisco Pires Casado, então cunhado de Manuel Bento da Rocha, todos sócios nos negócios). Este se desfez de sua “*morada de casas de pau-a-pique*”, em Viamão, indo habitar uma residência em frente à Matriz de Nossa Sr^a. Madre de Deus (local, como visto no capítulo 1, de grande prestígio na cidade colonial)⁸⁹, “vizinho” ao governador.

Em ambos os casos, os locais de escolha da moradia denotam uma procura por estar bem localizado no aglomerado, junto às instituições de poder e a outros indivíduos do topo da hierarquia. Estar inscrito na hierarquia espacial da Porto Alegre colonial, território de maior visibilidade na capitania, é poder, como bem colocou Bicalho para a elite do Rio de Janeiro, “*do alpendre de suas casas, vigiar os mínimos detalhes do cotidiano da cidade, assim como as atividades, os corações e as mentes de seus habitantes*”⁹⁰, e mais do que se introjetar no cotidiano dos vassalos comuns, é renovar o poder de mando. Ou seja, compreender o morar como forma de enunciar discursos, cuja função supre a necessidade de auto-afirmação social, fazendo o papel de instrumento de ascensão social e reprodução da hierarquia estamental.

⁸⁷ AHCMPA. *Rol de Confessados de 1779*, fogo n° 64, fls. 04.

⁸⁸ AHCMPA. *Rol de Confessados de 1780*, fogo n° 43; *Rol de Confessados de 1781*, fogo n° 39, fls. 04(a). *Rol de Confessados de 1782*, fogo n° 57.

⁸⁹ Não há como precisar quando foi a ida de José Francisco da Silveira Casado para Porto Alegre, contudo sabe-se que em 1767 comprava uma residência em Viamão (e acredita-se ter permanecido nela até sua mudança) e que em 1786, já em Porto Alegre, vendia sua morada e adquiria outra, considerando esta que foi vendida sua primeira casa em Porto Alegre. APERS. *Livro de Notas 1º Notário de Porto Alegre*. Livro 02; fls. 109v-110v; datada de 02/09/1767. *Livro de Notas 1º Notário de Porto Alegre*. Livro 10; fls. 25-25v; datada de 20/05/1786. *Livro de Notas 1º Notário de Porto Alegre*. Livro 10; fls. 36-37; datada de 09/07/1786.

⁹⁰ BICALHO, Maria Fernanda. “Poder e Hierarquia: os códigos da cidade”. In _____ *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro do Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 238.

Capítulo 3. Leituras Arquitetônicas: a segregação na Porto Alegre colonial

O uso da arquitetura pelo historiador como objeto e fonte de análises não é incomum, e tende a levantar inúmeras questões para melhor compreensão de uma sociedade. Dentre as análises passíveis de realização pelo pesquisador a partir da arquitetura temos a discrepância nos tipos de moradia de grupos sociais; a arquitetura como forma de poder; as influências culturais, e por vezes políticas, de grupos específicos, vistas a partir da arquitetura (como a influência portuguesa, açoriana, etc.), ou ainda questões identitárias ligadas ao modo de morar.

As pesquisas de Clarissa Rahmeier, por exemplo, discutem as formas de interação entre o estancieiro, os agregados e escravos nos espaços construídos da estância sulina, contribuindo para a formação das diferentes identidades sociais. Para a autora, na medida em que as formas arquitetônicas são percebidas como criações sociais, as mesmas funcionam como instrumentos condutores, em níveis diferenciados de influência, dos indivíduos⁹¹.

No meio urbano não parece ser diferente, para Michel de Certeau⁹², os usos que se faz do espaço e as formas dos mesmos no entendimento da vida social incidem diretamente no cotidiano da população. A cidade em si não é fruto de planejamento individual, apesar da existência de profissionais para tal tarefa, pois, à medida que ela toma proporções reais, seus membros moldam-na de acordo com suas perspectivas, expectativas e necessidades. É imprescindível perceber o urbano como espaço de múltiplas relações que se modificam a todo o instante, transformando o local de moradia para além do sentido restrito de abrigo, mas em um “*habitat*”, onde hábitos e costumes são impressos nas paredes, modificando o entorno em direção à caracterização com o indivíduo. Esse processo é igualmente de legitimidade do sujeito no espaço, que tem aquele lugar como seu, além da credibilidade conferida pelo outro que também o vincula a um local específico.

Portanto, a partir desta instrumentação, perceber-se-á que o direcionamento dado pelas formas materiais construídas revela a lógica de seu idealizador e que as construções, nesse sentido, atuam como formas de perpetuação de códigos culturais e de regras sociais, fazendo com que os ambientes que se formam a partir da inclusão de elementos construtivos na paisagem se constituam em espaços cheios de significados.

⁹¹ RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. Sociedade, Corpo e Cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. In: *Opsis*, vol 7, nº 08, jan-jun 2007.. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9328/6420>. Acesso em: 19/10/2010.

⁹² CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: I. Artes de Fazer*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. pp. 172-175.

Ao tratar dessa significação do espaço pelos seus agentes, o trabalho de Rahmeier levanta questões referentes às hierarquias sociais e espaciais. Porém, nenhum dos agentes deixa de transitar pelos ambientes um dos outros; o escravo, por exemplo, é parte fundamental da casa do seu senhor, mas cada um compreende seu papel nesta sociedade escravocrata, e as diferenças nos modos de morar – a senzala, no caso do escravo – lembra-o deste papel. Deste modo, se cada indivíduo percebia sua condição social na estância, e por consequência na sociedade, é plausível que o contrário possa ser feito? Ou seja, é possível que o indivíduo possa adequar sua materialidade para demonstrar uma condição e separar-se dos outros, se não fisicamente, socialmente?

Os já mencionados estudos de Norbert Elias sobre a arquitetura na configuração da Sociedade da Corte de Luis XIV também mostram seus agentes transitando pelos ambientes uns dos outros e sua distinção ocorrendo no nível de habitação, enunciando discursos e fomentando parte do imaginário urbano. Salienta-se para a compreensão do fenômeno urbano, a idéia de Assunção Barros sobre a cidade como forma textual, esse lido a partir de seus elementos constitutivos:

O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de ruas que evocam memórias e imaginários, de cartazes que são expostos nas avenidas para seduzir e informar, de sinais de trânsito que marcam o ritmo da alternância entre a passagem permitida e os interditos aos deslocamentos no espaço.⁹³

A arquitetura da casa também seria um desses pequenos textos representativos, por vezes de convenções sociais, lembretes físicos do papel de cada um na sociedade da época. De acordo com Maynard Cliff as moradias, se analisadas individualmente, simbolizam o status de seus ocupantes; coletivamente, representam a estrutura social da comunidade da qual estes ocupantes fazem parte.⁹⁴ Se pensarmos na sociedade ao Sul da América portuguesa, no século XVIII, é certo que a habitação, “*seu tamanho e esplendor, não são apenas uma expressão de riqueza, mas sim uma expressão da posição e do nível*”⁹⁵, pois este lugar próprio do indivíduo ultrapassa a moradia em direção a rua; esta é a continuidade daquela, realizando o intercâmbio entre o âmbito privado e o público, e onde as relações com o outro exigem um tratamento diferenciado. Dessa maneira, a rua e sua paisagem organizam o cotidiano pelo “*comportamento*” e

⁹³ BARROS, José D’ Assunção. *Cidade e História*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 75.

⁹⁴ CLIFF, Maynard B. “Domestic Architecture and Origins of Complex Societies at Cerros”. In: WILK, R.; ASHMORE, W. (eds.), *Household and Community in the Mesoamerican Past*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 199-225.

⁹⁵ Tanto quanto Elias propôs para a nobreza francesa. ELIAS, *Op.cit.*, pp. 73-76.

“os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se comportar”⁹⁶. Logo, porque não encarar a moradia como um indicador desse comportamento e dos benefícios que dele advém?

3.1. Sobre a segregação no período colonial.

Antes de responder quaisquer questões sobre as moradias do centro de Porto Alegre ou sobre a segregação e seus códigos, faz-se necessário uma reflexão sobre o uso deste conceito a fim de orientar a presente investigação. Esse conceito – “segregação” – é visivelmente chave para essa pesquisa e as obras de Raquel Rolnik, Marcel Roncayolo, Yves Grafmeier, Jean Luc Pinol, trazem os pressupostos teóricos que permitem pensá-lo de modo abrangente, sem cair em anacronismos, além de apresentarem novos modos de segregar, não se limitando a separações físicas, mas tendo em mente distinções sociais.

Levando em consideração a aproximação com a cidade medieval, sobretudo no caráter comunal do espaço urbano, isto é, espaços polivalentes do ponto de vista funcional e misturados socialmente, Rolnik afirma que, assim como na cidade medieval, não existe segregação na cidade colonial luso-brasileira. Conceituado por ela como a divisão entre os locais de moradia e trabalho (a oficina do artesão é sua moradia e ao mesmo tempo é a residência), a autora afirma que no Brasil Colonial não há “‘zoneamento’ da cidade de acordo com funções e classes sociais”⁹⁷, pois muitas residências são unidades de produção e consumo.

É fato que, em Porto Alegre, a divisão espacial casa/trabalho é inexistente, os sobrados (estruturas geralmente utilizadas para o comércio) da Rua da Praia, localizados na documentação, são prova disso; todavia, o uso pela autora do termo “segregação” para tratar de divisões sociais do espaço é inadequado. Para Marcel Roncayolo, “divisão social do espaço” e “segregação” são conceitos diferentes, os quais, muitas vezes, são utilizados erroneamente para definir os mesmos fenômenos. O primeiro é procedente da divisão do trabalho e se baseia na repartição dos homens e atividades no espaço, enquanto a segunda, não necessariamente exprime-se em termos físicos (divisões espaciais)⁹⁸. De acordo com Pinol, habitantes de status diferentes podem ter o mesmo endereço e viver em universos totalmente diferentes⁹⁹.

⁹⁶ MAYOL. “Morar”. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996 1997; p.38.

⁹⁷ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (col. Primeiros Passos); p. 43

⁹⁸ RONCAYOLO, Marcel. *Les grammaires d’une ville*. Paris: Editions de l’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1996. p. 34-36

⁹⁹ PINOL, Jean-Luc. Réflexions d’un historien sur la ségrégation sociale. In: *Diversité – Ville, école, integration*. V. 139 (Décembre, 2004). pp. 25 – 32.

Ou seja, o fato de não haver divisão entre trabalho/moradia, como propõe a teoria da divisão social do espaço, evidentemente não quer dizer que não existiam nessas cidades diferenças de classe ou posição social, porém estas diferenças não se expressam pela distância espacial, mas por outros elementos no espaço. Rolnik, apesar de defender a não existência de segregação no período colonial, acaba afirmando que os grupos sociais, “*ricos, nobres, servos, escravos e senhores poderiam estar próximos fisicamente porque as distâncias que os separavam eram expressas de outra forma*”¹⁰⁰, sejam pelo modo de vestir, na gestualidade, na atitude arrogante ou submissa ou nos modos de morar.

Desde a década de 1990, cientistas sociais – historiadores, geógrafos, sociólogos, etc.– repensam o conceito de segregação. Yves Grafmeyer define a segregação em três aspectos diferentes¹⁰¹, sendo que a que se fundamenta na percepção do espaço e das diferentes idéias dos grupos sociais é utilizada nesta pesquisa. Assim, para o caso da Porto Alegre Colonial, pode-se afirmar que a segregação não trata de questões étnicas ou raciais, e vai além de questões econômicas ou poder de aquisição, mas está relacionada com status. É inegável aproximar a segregação ao sentido pejorativo e negativo da palavra, ligado à exclusão; contudo, em alguns estudos, como no de Jean-Luc Pinol¹⁰², a segregação refere-se muito mais à elite, por se constituir em menor número, do que aos grupos menos favorecidos na hierarquia social.

O processo de segregação é bem mais sutil que “separações” espaciais e está ligado ao imaginário da cidade. Aqueles que galgam um lugar de destaque nessa sociedade conhecem os códigos de seu ambiente e se utilizam dele ao seu favor, sendo um processo nem sempre protagonizado por um grupo homogêneo, senão pela vontade de ser ou parecer um “igual”. A segregação não divide dois grupos distintos entre diferentes ruas do centro da Porto Alegre, de modo consciente e autoritário, mas orienta de forma inconsciente – termo usado por ser esta prática “natural” aos agentes –, de modo que estes sabem onde e, sobretudo, como devem morar. É quase uma “auto-segregação”, que beneficia o segregado que está se diferenciando dos outros dentro de um círculo de relações próprio do Antigo Regime nos Trópicos.

¹⁰⁰ ROLNIK, *Op.cit.*, p.46, grifo meu.

¹⁰¹ Segundo Grafmeyer a segregação pode abranger três formas distintas: a primeira trata o fenômeno a partir da localização das moradias dos grupos sociais no espaço urbano, levando em consideração especificidades de cada grupo; a segunda entende a segregação a partir das percepções que os grupos sociais têm sobre o espaço urbano e de outras categoriais sociais; a terceira corresponde a idéia primeira que se tem sobre segregação, um conceito para expressar exclusão de um grupo em relação à outro, como ocorre na formação dos guetos. GRAFMEYER, Yves. Regârdes sociologíquess sur La ségrégation. In: RHEIN, Catherine (org.). *La ségrégation dans La ville*. Paris: Editions L’Harmattan, 1994. pp.89.

¹⁰² PINOL, Jean-Luc. Les historiens et les phénomènes de ségrégation. In: RHEIN, Catherine (org.). *La ségrégation dans La ville*. Paris: Editions L’Harmattan, 1994. p. 69.

Como afirma Jean Pierre Chaline para o estudo da elite urbana na França do início do século XIX, “*a escolha do domicílio é claramente em função do nível social (...) pode-se falar por parte das camadas superiores que, eles, se limitam voluntariamente a certos bairros*”.¹⁰³ Assim, o indivíduo não exclui o outro, que se obtiver meios também tomará para si essa prática, mas se autopromove no meio social a partir da residência.

Estes apontamentos mudam a ótica sobre o conceito de segregação que ainda carrega em si o de imaginário. Segundo Assunção Barros, “*a segregação também se escreve por símbolos*”¹⁰⁴, podendo ter como fronteiras uma esquina, uma ponte ou um conjunto residencial. O que cabe ressaltar é que não há um limite ou objeto limitador concreto e feito para esta função – como um muro, por exemplo. O estudo de tais símbolos implica o entendimento da relação ambígua que se estabelece entre ausência e presença, pois a representação visível a nós – imagem mental ou material – indica a presença daquilo que está ausente¹⁰⁵; voltando ao muro, os símbolos o representam. Buscar estes sinais deixados pelo homem pressupõe pensar muito além da materialidade, pois a cidade, apesar desta característica primordial, é também um espaço de sociabilidade, e mais que isso, é um espaço de sensibilidades. É o imaginário construído pelos moradores sobre o espaço, sobre si mesmos e sobre o outro. A partir das considerações que faz Pesavento, o processo segregatório pode ser pensado como

um processo de construção de sociabilidades e valores pertinentes a um *ethos* urbano, por um lado, e de apropriação social dos territórios da cidade, por outro, que implica inscrições simbólicas muito claras.¹⁰⁶

Ao pesquisar as propriedades fundiárias do Rio de Janeiro colonial, Fania Fridman mapeou a cidade e constatou a acumulação de propriedades nas mãos de nobres, membros da Câmara e de ordens religiosas (confrarias e irmandades). A autora propõe-se compreender a idéia de uma sociedade segregada não só através de suas instituições representativas, sobretudo no caso das ordens religiosas, mas os reflexos destas no espaço, pois “*do ponto de vista simbólico, o lugar de fixação destas*

¹⁰³ CHALINE, Jean-Pierre apud PINOL, Jean-Luc. Les historiens et les phénomènes de ségrégation. In: RHEIN, Catherine (org.). *La ségrégation dans La ville*. Paris: Editions L’Harmattan, 1994. p. 61.

¹⁰⁴ BARROS, *Op.cit.*, pp. 75-78

¹⁰⁵ PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 280.

¹⁰⁶ PESAVENTO, Sandra J. *Uma Outra cidade – O mundo dos excluídos no Final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 12

confrarias representava poderio e, neste sentido, a valorização de uma área no período colonial dependia destes marcos ideológicos.”¹⁰⁷

Em suma, é inegável que o espaço e um dado conjunto arquitetônico constituam-se como meio de preservação da hierarquia social. Isso porque a hierarquia manifestada na arquitetura acaba por influenciar as formas de interação entre as pessoas e a materialidade, fazendo com que os indivíduos desencadeiem rotinas de movimento para viver em meio a esse ambiente.

3.2. Arquitetura como código de segregação: um estudo de caso

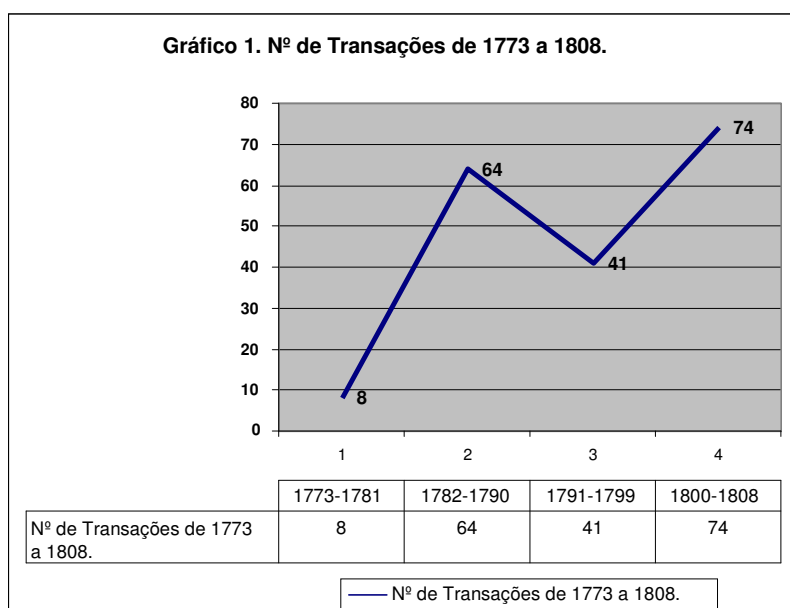
Não há dúvidas que a sociedade existente ao sul da América portuguesa, no século XVIII, estava calcada na desigualdade e, certamente, processos segregatórios – retomando a idéia de distinção – ocorreram, reproduzindo as hierarquias no emaranhado social. Discutidas as práticas de legitimação e sustentação do poderio, o *onde habitar e como* são integrantes desta dinâmica e, diante dessa conjuntura, Porto Alegre mostra-se, após ter seu status construído, um rico cenário de análise.

Embora pareça evidente a divisão da sociedade, esse estudo visa mapear socialmente o atual centro de Porto Alegre, a fim de identificar os códigos de segregação existentes, pois a partir do momento em que se possam visualizar quais ruas têm maior valor imobiliário e confrontar os agentes envolvidos nas transações, poder-se-á perceber a existência de ações auto-segregatórias por parte da elite urbana, bem como, a partir dos livros notarias e descrição da casa (seus materiais, tamanho), verificar o potencial desta última como código desta segregação. Cabe ressaltar que foram analisados lotes urbanos vazios e, sobretudo, moradas de casas, uma vez que suas formas, disposição (de cômodos ou em relação a outras construções) e o uso que se faz delas, representam algo que ultrapassa o comportamento de seus moradores, é a edificação também de convenções e regras socioculturais¹⁰⁸. Nota-se que estas regras não estão presentes em edificações arrojadas, que justamente são erguidas com o intuito de causar impacto, por isso a escolha de construções de moradia, acreditando que as mesmas transmitem códigos sociais, pois apresentam características morfológicas que se repetem em várias edificações, representando padrões sociais de determinadas épocas e lugares.

¹⁰⁷ FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei – Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 26.

¹⁰⁸ SANDERS, Donald. “Behavioral Conventions and Archaeology: methods for the analysis of ancient architecture”. In: KENT, Susan (ed.). *Domestic Architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 43.

Assim, a fim de aferir as repetições e mudanças na Porto Alegre colonial, as fontes notariais com registros de compra/venda de imóveis foram divididas em quatro amostras: 1773-1781; 1782-1790; 1791-1799 e 1800-1808. Na amostra 1, de 1773-1781, não foram localizados números relevantes de transações em relação às outras amostras, levando-me a acreditar que esta ausência de dados possa expressar o quão despojado de estruturas encontrava-se a freguesia. A não existência de construções suficientes para os habitantes provavelmente levou a maioria dos “homens bons” a construir sua própria residência, inviabilizando a formação de um mercado imobiliário, ou mesmo expressa as dificuldades econômicas em decorrência da guerra da reconquista. Quanto esse aspecto, Fábio Kühn acrescenta que, após o conflito, a partir de 1780, houve melhoras no padrão socioeconômico, fato que favoreceu o aparecimento de construções mais sofisticadas “*segundo os padrões europeus de civilidade que vigiam naquele momento, habitadas por famílias da elite local*”¹⁰⁹. E, não apenas isso, mas houve grande incremento do mercado imobiliário no decênio seguinte à mudança, conforme gráfico abaixo:



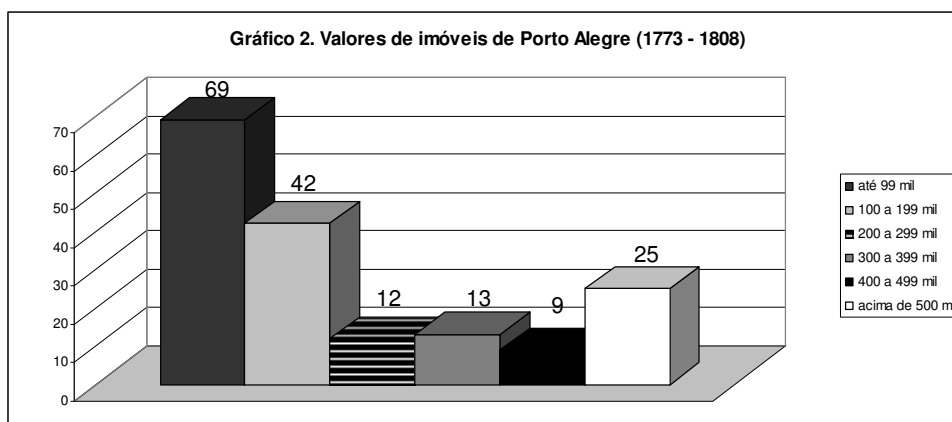
Fonte: APERS. 187 registros de compra/venda extraídos dos Livros de Notas do 1º e 2º Notários de Porto Alegre (1773 – 1808).

Contudo, Kühn ressalta que a maioria das habitações, em relação a outros bens, tinha valores muito baixos, sendo que 65% das transações não ultrapassavam os valores de 200\$000 réis¹¹⁰ (Cf. gráfico 2). Esses imóveis de baixo valor, na sua maior

¹⁰⁹ KUHNS, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGHIS – UFF, 2006. (Tese de doutorado); p. 143.

¹¹⁰ Com a ressalva para o fato de que dos 111 transações localizadas, 38% eram terrenos vazios.

parte, estavam distribuídos entre os primeiros dois decênios (Cf. Tabelas 1 e 2, em anexo), demonstrando que o investimento na moradia era pequeno, com a maioria de suas “*morada de casas de taipa de mão, cobertas de capim*”.



Fonte: APERS. 170 registros de compra/venda extraídos dos Livros de Notas do 1º e 2º Notários de Porto Alegre (1773 – 1808). Das 187 transações, apenas 170 delas tem as informações de valores legíveis, e destas ainda, apenas 150 especificam em que rua “dentro do Portão” encontra-se o imóvel. Valores expressos em réis.

Do mesmo modo, as ruas da região do centro foram sofrendo modificações, ao longo dos anos, tanto em relação à sua procura, quanto à qualidade de suas edificações. A análise dos registros mostram as primeiras vias de Porto Alegre – Rua da Praia, o conjunto do Alto da Praia, Rua Formosa – com baixo índice de compra, além de casas modestas no seu valor (Cf. Tabelas 1 a 4, em anexo) e fabricação.

Pode-se observar que, no início da urbanização da freguesia de Nossa Senhora de Madre de Deus, as ruas mais valorizadas eram as do Alto da Praia (Rua da Igreja, Rua São José, Rua Direita da Matriz, Rua da Ponte), por ser o terreno mais elevado da nova capital, onde estavam estabelecidas as altas esferas do poder e aqueles que mais próximo deste poder encontrava-se. Dentre os imóveis da Amostra 1 (Cf. Tabela 1, em anexo), o único do Alto da Praia destaca-se pelo seu valor de 322\$000 por uma “*morada de casas cobertas de telha, sita nesta vila na Rua Direita do Palácio*”¹¹¹, sobretudo em comparação a qualquer um dos três imóveis da Rua da Praia, todos com cobertura de capim, com média de valor¹¹² correspondente a 30% do valor do imóvel mais cotado, o do Alto da Praia.

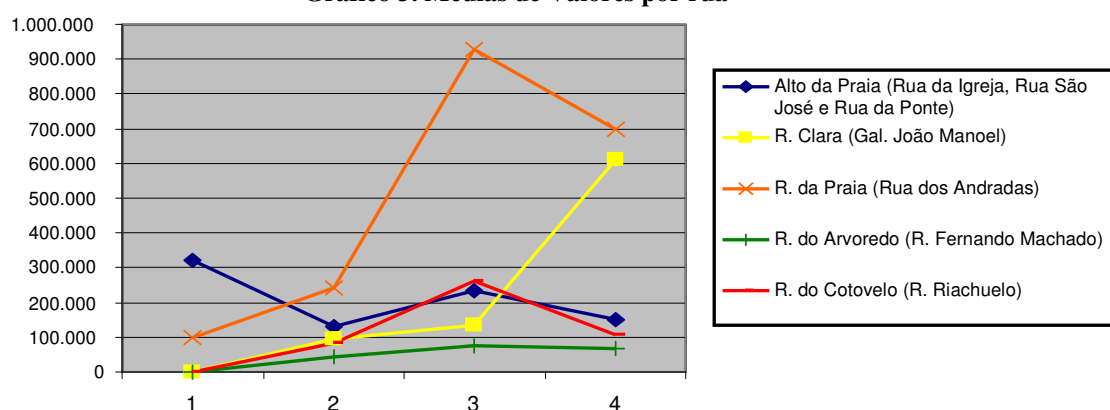
Com o passar dos anos, verifica-se um aumento no número de transações para todo o perímetro do atual centro de Porto Alegre, e uma diminuição na média dos

¹¹¹ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 06; fls. 112v-113; datada de 19/11/ 1781.

¹¹² Cabe salientar que a média realizada é tão somente de valores, não estando outros fatores relevantes para a valorização dos imóveis, como materiais e posicionamento na rua, contemplados neste tipo de ferramenta.

valores dos imóveis no Alto da Praia, enquanto que ruas de cotação média como a R. Clara e do Cotovelo, ou mesmo as menos cotadas, próximas às margens do riacho como a R. do Arvoredo, sofrem uma valorização. E essa tendência de trajetória permanece nos próximos anos, mesmo que na década de 1790 os imóveis no geral tenham tido uma significativa alta nos preços, com exceção da R. Clara, as ruas em relações umas as outras não se alteraram. Esta, na sua trajetória, não somente valorizou-se financeiramente, como o fez materialmente, aumentando a qualidade de seus edifícios ao longo do tempo, conforme exemplo, da compra de um imóvel em 1785 pelo preto forro Domingos Ferreira Vilanova; passados apenas cinco anos, em 1790, a venda do mesmo imóvel foi realizada pelo dobro do preço¹¹³.

Gráfico 3. Médias de Valores por rua



	1773-1781		1782-1790		1791-1799		1800-1808	
Alto da Praia (Rua da Igreja, Rua São José e Rua da Ponte)	322.000	1	130.675	8	235.000	2	150.003	6
R. Clara (Gal. João Manoel)	0	0	94.229	7	136.533	3	610.000	4
R. da Praia (Rua dos Andradas)	99.200	3	241.483	12	930.429	7	698.040	5
R. do Arvoredo (R. Fernando Machado)	0	0	44.800	1	76.800	1	67.280	5
R. do Cotovelo (R. Riachuelo)	0	0	82.304	5	262.960	5	106.200	5

Fonte: APERS. 150 registros de compra/venda extraídos dos Livros de Notas do 1º e 2º Notários de Porto Alegre (1773 – 1808). Na tabela conjunta ao gráfico, estão apresentadas as médias de preços e o número de transações ocorridas por ruas. Valores expressos em réis.

A Rua do Cotovelo por sua extensão, desde a ponta do Arsenal até a Praça da Matriz, sofreu muitas variações, tanto em preços quanto em materiais empregados, aparecendo na documentação desde casas de madeira e tijolos, com coberturas de capim ou telhas. Seus espaços, dependendo da localização têm grande discrepância nos preços conforme podemos perceber na compra destes dois imóveis: o primeiro deles realizado

¹¹³ APERS. *Livro de Notas*. 1º Notário de Porto Alegre, Livro nº 09; fls. 60-61; datada de 22/10/ 1785. _____ *Livro de Notas*. 1º Notário de Porto Alegre, Livro nº 12; fls. 42-43; datada de 05/01/ 1790.

por Genoveva Vitória, por 800\$000 réis, descrito como “*um quarto de casas cobertas de telhas, e um terreno ao lado que tudo compreende ao Sul com frente à Praça*”, consta ainda que estas casas eram térreas e feitas de tijolos. E o segundo, a venda de “*lojas de hum sobradinho cita na Rua do Cotovelo hindo para o Arsenal*” por 71\$200 réis.

A Rua do Arvoredo, por sua vez, é uma rua mais popular. A procura por imóveis nesta rua, que se encontra em zona desfavorável, às margens do riacho, é baixa durante o período analisado e seus preços não sofrem muitas variações. Os registros mostram que a via ainda está em formação com muitos terrenos vazios, e poucas moradas de casas, cujos materiais são ainda muito rudes.

Mas o caso que melhor exemplifica é o da R. da Praia; a incipiente rua, uma das primeiras do aglomerado, tornou-se, com o passar dos anos, referência da cidade devido ao próprio caráter mercantil que a freguesia assumiu. Com o desenvolvimento comercial do porto da freguesia, não tardou para que os homens de negócios¹¹⁴ buscassem seu espaço nela, com suas “*moradas de casa de sobrados*”, típicas do período. Um bom modelo destes homens é Manuel Bento da Rocha, um dos primeiros membros da comunidade mercantil, que após transitar pelos Altos da Praia (Rua Nova, Rua Formosa ou da Igreja), adquiriu duas moradas de casas na Rua da Praia, vendendo-as em 1782, quando possivelmente retirou-se para sua estância¹¹⁵. Esta propriedade, fora de Porto Alegre, era de posse também de José Francisco da Silveira Casado, e foi vendida ao compadre pela viúva de Manuel Bento, D. Izabel Francisca da Silveira, em 1806¹¹⁶. Porém a família não abandonou a capital da Capitania totalmente, comprando em 1796 “*uma morada de casas citas na Vila de Porto Alegre indo da Rua da Graça [continuação da R. da Praia] que segue para o Portão, edificada de pedra e coberta de telhas*”, antigo imóvel do camarista Tenente José Francisco dos Santos Sampaio, com

¹¹⁴ Para estabelecer quem são estes “homens de negócios” utilizam-se as reflexões de Helen Osório. Segundo a autora, confrontando o censo de 1784, inventários e testamentos, é possível verificar que a maioria da população no Rio Grande de São Pedro era composta de lavradores (52%), mas isso não impediu que lavradores interessassem-se pela criação de animais e comercializassem excedentes, ou vice-versa. Para Porto Alegre, Comissoli evidencia o caráter mercantil nas atividades econômicas dos camaristas, porém observa que este tipo de divisão tem de ser relativizada à medida que as formas econômicas não são estruturas enrijecidas e imaleáveis. OSÓRIO, Helen. “Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825”. In: GRIJÓ, L.A.; et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 75-90. COMISSOLI, *Op cit.*, pp. 69-76.

¹¹⁵ KUHN, *Op.cit.*, p. 321.

¹¹⁶ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 37; fls. 89v-91; datada de 10/11/ 1806.

divisa “*pelo Leste com outra igual morada de casas do Capitão Antônio Ferreira Leitão...*”¹¹⁷, onde possivelmente permanecia, quando na freguesia.

Este foi o caso também do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira que possuía, de acordo com seu inventário, sete imóveis, sendo cinco dessas moradas edificadas em Porto Alegre e a mais valiosa delas localizada na Rua da Praia, avaliada em 2:400\$000 réis, designada como “*uma morada de casas de sobrado, sendo parte dela de tijolo com seu mirante para a parte do Sul*”¹¹⁸. Um terceiro exemplo a ser citado, diz respeito à família do Tenente de Dragões Manuel Pereira Roriz, este deve ter sido um dos primeiros compradores de imóveis no arraial de Viamão, no período pós-invasão espanhola, obtendo “*uma morada de casas de pedra, cobertas de telha fazendo frente com a Capela de São Francisco*”¹¹⁹. Mas em 1779 a propriedade foi vendida pela viúva, D. Brígida Antônia de Oliveira, que juntamente com seus filhos instalou-se, por volta de 1780-1781, em Porto Alegre, no Alto da Praia. Seu filho, o Alferes dos Dragões José Jacinto Pereira, já casado com D. Juliana Severina Pereira Pinto, aparece nos róis de 1779 residindo na Rua da Praia, onde compra outro imóvel em 1781, essa vizinha aos oficiais da Câmara Antônio Pimenta de Sampaio e Manuel Bento da Rocha. Em análise geral, a Rua da Praia aparece como a rua mais procurada, sendo que, durante o período analisado, 30% dos negociantes, em algum momento, tiveram funções na Câmara, sem contar os membros da Igreja e indivíduos que ocuparam cargos nas Ordenanças. A partir destas constatações, acredita-se que esta via foi aos poucos se tornando ponto de referência para a moradia, e residir lá, expressava status.

Mas, certamente os Altos da Praia não foram inteiramente abandonados, como nos mostra a trajetória de D. Anna Garrete de Moura, viúva do Patrão-Mor Gaspar dos Santos. Ao sair de Rio Grande e mudar-se para Porto Alegre, D. Anna foi morar próxima à propriedade de Manuel Bento da Rocha, na Rua Nova, e encontrava-se lá até 1779, indo, no ano seguinte, para a Rua da Ponte ao lado de casas do Capitão José Francisco da Silveira Casado, onde permaneceu até sua morte¹²⁰. Salientando que, este último, após a venda de sua “*morada de casas cobertas de telha*” na Praça da Matriz,

¹¹⁷ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 22; fls. 180-181; datada de 23/09/ 1796.

¹¹⁸ KUHN, *Op. cit.*, p. 145.

¹¹⁹ APERS. *Livro de Notas*. 1º Notário de Porto Alegre, Livro nº 02; fls. 193v-194v; datada de 18/10/1768.

¹²⁰ AHCMPA. *Rol de Confessados de 1779*, fogo nº 57, fls. 04. *Rol de Confessados de 1780*, fogo nº 36. *Rol de Confessados de 1781*, fogo nº 35, fls. 04(a). APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 37; fls. 158-158v; datada de 15/04/1807.

mudou-se para um sobrado que adquiriu em 1786, sita na Rua da Ponte, avaliada quando da sua morte em mais de 7000\$000 réis.¹²¹

Esta movimentação apenas confirma o que Giovanni Levi apresenta na obra *Centro e Periferia di un stato assoluto* para o caso da Itália setecentista; segundo o autor a “estratégia de prestígio” da elite constituía-se de quatro elementos básicos: a construção de um *palazzo* na cidade, uma viagem para a Corte para tornar-se conhecido, a compra de um feudo e um bom casamento, acompanhado do respectivo dote¹²². Kuhn adverte que, no mundo luso-brasileiro do século XVIII, a compra de imóveis ou terrenos para construção de boas habitações não era, entre as táticas de ascensão social da elite local, um aspecto prioritário, contudo não é um fator de apreciação descartável. Não podemos ignorar nem a elite local, tão pouco, outros indivíduos desfavorecidos na escala social. De fato, não apenas membros da elite local buscaram abrigo nas melhores ruas, estas não detinham de nenhum tipo de restrição quanto ao comprador, podendo qualquer indivíduo adquirir, onde desejasse, um imóvel. Mas o que faria Lucinda Marcelina, preta forra, largar sua residência na Rua da Igreja para morar na Rua da Praia? ¹²³ Ou mesmo Roberto André Ferreira, outro desconhecido para nós, sair da Rua Direita do Palácio e migrar também para a dita rua da Praia?¹²⁴ Porque Francisco Martins Moreira, já residente desde 1779 na Rua da Praia adquiriu antiga propriedade de Manuel Bento da Rocha?¹²⁵ Definitivamente não é apenas a elite sulina que deseja melhores colocações na sociedade, indivíduos de diversos grupos sociais buscam da mesma forma avultar-se uns aos outros.

Assim sendo, estando todos na mesma rua, é preciso encontrar maneiras de dialogar com os diversos grupos e se sobressair no meio urbano, distanciando-se, se não espacialmente, socialmente dos indesejáveis, e afirmando-se diante dos seus iguais. Na ausência de muros que pudessem concretizar a divisão estamental presente na sociedade ao sul da América portuguesa, acredita-se que a moradia servia de difusor de um *modus vivendi* próprio de cada grupo. Mesmo que a distinta D. Anna Garrete estivesse na mesma rua de Lucinda Marcela, suas casas proclamam seus lugares na sociedade. É a diferença entre a residência de Manuel Fernandes, “*de casas térreas de taipa de mão e*

¹²¹ KUHN. *Op. cit.* p. 328 e APERS. *Livro de Notas*. 1º Notário de Porto Alegre, Livro nº 10; fls. 25-25v; datada de 20/05/1786.

¹²² LEVI *apud* KUHN, 2006, p. 320.

¹²³ AHCMPA. *Rol de Confessados de 1779*, fogo nº 37, fls. 03. *Rol de Confessados de 1782*, fogo nº 71. E, APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 13; fls. 24v-25v; datada de 12/08/1789.

¹²⁴ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 06; fls. 112v-113; datada de 19/11/1781. E, AHCMPA. *Rol de Confessados de 1782*, fogo nº 102.

¹²⁵ APERS. *Livro de Notas*. 1º Notário de Porto Alegre, Livro nº 08; fls. 08v-09; datada de 27/06/1782.

cobertas de capim”¹²⁶ ou a “*morada de casas térreas cobertas de capim com seu portão e quintal com várias árvores de espinhos*” de João Fernandes de Oliveira Jordão e a do ex-oficial da Câmara, Francisco Miz. Moreira e Souza, descrita como “*de pedra e cal coberta de telha*”¹²⁷. Ou da morada de casas do Capitão José Francisco da Silveira Casado, na Rua da Ponte, “*com sobradinho e cobertas de telhas*”, comparada a de José Francisco Furtado, uma casa de capim que equivalia a 1/3 do valor da casa de Silveira Casado¹²⁸.

Nos casos expostos e em muitos outros, o material empregado na edificação da casa foi fundamental para orientação dos indivíduos na rede social. Lucinda, João ou Manuel não deixaram de transitar pela rua onde moravam as melhores “famílias da terra”, contudo sabiam a partir da estrutura de suas moradas de casas que não possuíam o prestígio e a influência de Manuel Bento da Rocha ou José Francisco da Silveira Casado. Podem aqueles estar subindo degraus ao aproximarem-se destes, mas todos se submetem às convenções socioculturais vigentes nesta sociedade e suas moradas são mais um modo de expressar e manter tais regras.

Ao final do século XVIII o núcleo urbano de Porto Alegre estava sendo construído, ora por aqueles que atuavam nas esferas administrativas e de decisão do futuro da cidade, ora por aqueles que trabalhavam no comércio ou outros setores. O espaço ainda era limitado por fatores geográficos e de defesa, fazendo com que diferentes estratos sociais tivessem de conviver. Em um mundo marcado pelas diferenças hierárquicas, alguns sentiam a necessidade de demonstrar seu status, quando a forma de distinção não poderia ser feita através do afastamento, outros modos tiveram de ser buscadas. A forma de construção do casario foi uma dessas alternativas.

A ordenação espacial naquele momento inicial não permitia o afastamento de ricos e pobres, “homens bons” e escravos. As fontes disponíveis para analisar essa questão mostram que isso não é verificável, sendo a própria R. da Praia exemplo claro dessa impossibilidade de separação: tanto a elite como o povo residiam ali, um vizinho do outro. A diferenciação social deve, portanto, aparecer em outro aspecto. A solução encontrada recaiu sob as formas de construção das moradas. As diferenças no modo de

¹²⁶ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 03; fls. 104v-105; datada de 15/09/1778. E, APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 31; fls. 64v-65; datada de 13/07/1803. NotL31/63-64.

¹²⁷ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 18; fls. 73v-75; datada de 28/02/1793. E, APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 28; fls. 142v-143; datada de 03/08/1803. 2NotL28/142v-143.

¹²⁸ APERS. *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livro nº 10; fls. 136v; datada de 09/05/1787. E, APERS. *Livro de Notas*. 1º Notário de Porto Alegre, Livro nº 10; fls. 25-25v; datada de 20/06/1786.

morar tentam, assim, ordenar espacialmente o urbano, sectando os sujeitos, mesmo que simbolicamente. Este processo não envolve somente indivíduos de grupos sociais diferentes, mas abarca também os iguais entre si, suplantando a pura exclusão do outro, pela autopromoção, seguindo a lógica de uma sociedade que tem a necessidade de reafirmar hierarquias. Em suma, a impossibilidade de separar-se no espaço socialmente foi substituída pela construção diferenciada das residências, diferenças que reafirmam a condição social de cada um na sociedade colonial porto alegreense desse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das inúmeras possibilidades que a História dispõe para compreender o passado, o uso da arquitetura toma cada vez mais vulto. Compreender a composição da paisagem e do espaço de determinada sociedade, é adentrar também nela mesma, pois se entende a casa como espaço primeiro de constituição dos homens, tratando, sobretudo, de uma fonte pensada, construída e modificada pelos mesmos.

Riopardense de Macedo destacou, quanto à importância do estudo da arquitetura, as idéias do viajante e naturalista Karl Friederich Von Martius:

Martius, pois, entendia que o estudo da cidade era necessário para o conhecimento da história do homem e, com muito mais ênfase, referia-se a importância da história da arquitetura, a qual não via academicamente como uma sucessão de estilos adequados ou não à vida específica de cada área geográfica. Considerava que para entender a história era preciso ver a casa como um documento relacionado e relacionante.¹²⁹

Deste modo, encarou-se a freguesia de N. Sra. de Madre de Deus de Porto Alegre, oficialmente vila apenas em 1809, suas ruas e muros, testemunhas do Tempo e da História, registrando em si suas mudanças e permanências. Sabe-se que o discurso histórico não reconstrói o passado, mas ao destacar uma pequena parcela daquilo que foi e estudá-la de forma aprofundada, leva a uma melhor compreensão dos acontecimentos e seus desdobramentos. Esse trabalho, de forma singela, tentou vislumbrar pequenos fragmentos do passado porto-alegrense, peças de quebra-cabeças cartográficos.

A partir da documentação analisada, juntamente com a revisão bibliográfica, foi possível traçar a trajetória de um espaço urbano que de arranhamento açoriano tornou-se sede do poder administrativo da Capitania do Rio Grande de São Pedro, do ponto estratégico-militar para centro econômico e político, bem como identificar os moradores da freguesia e sua relação com esse espaço. Com base nos estudos da chamada “Escola do Rio de Janeiro” – que apregoa às elites locais uma independência parcial diante da Coroa Portuguesa, mas que ante a mesma necessita reafirmar-se a todo instante – e as reflexões de Norbert Elias e Giovanni Levi foi possível constatar que dentre as muitas formas de manutenção do poder, a forma arquitetônica das moradias pôde ser utilizada com êxito em estudos realizados para a Europa do Antigo Regime. Ao sul da América portuguesa, tal prática parece desaparecer entre as muitas outras – o compadrio, as uniões matrimoniais ou a economia de benesses –, no entanto, os registros de compra/venda de imóveis localizados evidenciam o contrário: houve um cuidado quanto

¹²⁹ MACEDO, Riopardense de. *O Solar do Almirante – História pela Arquitetura*. Porto Alegre: Editora da URGs/ IEL, 1980. p. 19.

à escolha da moradia, sobretudo por parte da elite local, cujas residências mantiveram-se nas melhores vias, senão nas que melhor respondiam as suas demandas, como por exemplo, a Rua da Praia, cuja ascensão deu-se pelo caráter mercantil que a freguesia assumia ao longo do tempo.

Para além da migração dos muitos “construtores” no interior da Porto Alegre colonial, foi verificada a relação entre hierarquias sociais e espaciais, a qual conhecemos por segregação. Observou-se que a segregação existente no período estava ligada à percepções dos sujeitos e/ou grupos envolvidos, e que a separação entre estes mesmos grupos era expressa de outra forma, que não a espacial, mas em nível simbólico. Cada indivíduo sabia, a partir de regras sociais, seu degrau na escala societária e tanto quanto as redes de sociabilidade que cada um tecia, o modo de morar sinalizava, confirmava e mantinha essa ordem, tanto entre si, como em relação aos demais habitantes. No caso de Porto Alegre, mais que excluir, a arquitetura das moradas de casas distinguia os homens entre si, mostrando a eficácia da moradia como código da segregação.

O estudo da arquitetura e seus vínculos com a História, portanto, podem trazer à tona importantes temáticas capazes de esclarecer o funcionamento de sociedades do passado. A existência de uma segregação simbólica expressa na forma de construção do casario na Porto Alegre colonial é uma das maneiras de se compreender isso. Fazendo uma análise dessas peças do quebra-cabeça cartográfico é possível conhecer mais um aspecto do início do núcleo urbanizado porto-alegrense, ao mesmo tempo em que se contribui para o estudo do Rio Grande colonial .

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias Manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, **Livro de Notas**. 1º e 2º Notário de Porto Alegre, 1770 - 1810.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. **Róis de Confessados**. 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1792.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, F-1198 A. **Relação de Moradores da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1784)**.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA – Divisão de Manuscritos, codi. 10584. Correspondência de José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São **Pedro** para o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil. Datada de 02.08.1773.

Fontes Primárias Impressas e/ou Digitalizadas

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

FERNANDES, Domingos Marques. Descrição Corográfica, política, civil e militar da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul. In: NOAL FILHO, V.A.; FRANCO, S.C. **Os Viajantes olham Porto Alegre: 1750-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004, pp.24-26.

MAGALHÃES, Manuel Antonio de. Almanak da Vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro. In: **Revista IHGRGS**, nº 143, 2008, pp. 119 – 140.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

IHGRGS. **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2005. CD-ROM.

ATA de Vereança de 25 de julho de 1773. In: IHGRGS. **A História de Porto Alegre no Boletim Municipal**. Boletim Municipal. Vol.5, n.12, p.416. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2009. CD-ROM.

Bibliografia Geral

ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: **Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandenses**. Vol. III, 1940

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império - O Rio de Janeiro no séc. XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, M. Fernanda. Conquista, mercês e poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.2, p.21-34, novembro de 2005. Disponível em: www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf.

BRESCIANI, Maria Stella (org.) **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2001.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A cidade Colonial no Brasil**. Porto Alegre : Edipucrs, 1999. (Coleção História, 25).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de ; GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CLIFF, Maynard B. Domestic Architecture and Origins of Complex Societies at Cerros. In: WILK, R.; ASHMORE, W. (eds.), **Household and Community in the Mesoamerican Past**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988.

COMISSOLI, Adriano. **Os “Homens Bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/Editora da UFRGS, 2008. (Coleção Teses e Dissertações v. 1).

COMISSOLI, A. Do Arquipélago ao Continente: Estratégia de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão – Séc. XVIII. **Revista Aedos**. Vol. 02. Nº 03, p.93. 2009.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social no séc. XVIII**. Brasília: Alva-ciord, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 2v.

_____. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Prefácio, Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul 1503-1964**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FIALHO, Daniela M. Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana . In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3698>.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda. B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

_____. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1988.

_____. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei – Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Méritos, 2006. (Colônia, v.1, pp. 203-23).

GRIJÓ, L.A.; et al. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HAMEISTER, M. D. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao séc. XVIII. **Revista Anos 90**. Vol. 12. Nº 21/22; pp. 93-95. 2005

HAMEISTER, M. D.; GIL, T. L. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de. (Org.). **Conquistadores e Negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 265 – 310.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.5, pp.65-66, maio de 2007. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_artigo_1.pdf

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4ª impressão. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói: PPGHIS – UFF, 2006. (Tese de doutorado)

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. (Col. Repensando a História).

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2001.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. (Síntese Rio-grandense, n. 10).

_____. **O Solar do Almirante – História pela Arquitetura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ IEL, 1980.

_____. **Porto Alegre – História e Vida da Cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1973.

_____. **Porto Alegre – Origem e Crescimento**. 2.ed. Porto Alegre: UE, 1999.

MÂNICA, Natércia Letti. **O Barroco e a Urbanização do Extremo-Sul – Século XVIII**. Dissertação de Mestrado, defendida em 2002. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas – História e Memória da Cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. (Col. Nova ET Vetera, nº 10).

MONTEIRO, Nuno G.; CUNHA, Mafalda Soares da Cunha. **Optima Pars – Elites Ibero-americanas no Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTEIRO, Nuno G. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.2, p.4-20, novembro de 2005. Disponível em: www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Uma Outra Cidade – O Mundo dos Excluídos no Final do Séc. XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PIAZZA, Walter F. **O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional**. Florianópolis: Ed. da UFSC; FCC Edições; Rio Grande: Ed. da FURG, 1988

PINOL, Jean-Luc. Réflexions d'un historien sur La ségrégation sociale. In: **Diversité – Ville, école, integration**. V. 139 (Décembre, 2004). pp. 25 – 32.

PORTO ALEGRE, Achylles, **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1940.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. Sociedade, Corpo e Cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. In: **Opsis**, vol 7, nº 08, jan-jun 2007. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9328/6420>.

RHEIN, Catherine (org.). **La ségrégation dans la ville**. Paris: Editions L'Harmattan, 1994

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Debates)

ROCCA, Luísa Durán. **A Cidade Colonial Ibero-Americana: a malha urbana**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, defendida em 2002. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Viamão na História do Urbanismo Sul-Riograndense. In: **Raízes de Viamão**. Porto Alegre : EST, 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2.ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1988. (col. Primeiros Passos).

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Éditions Gallimard, 1990.

_____. **Les grammaires d'une ville**. Paris: Editions de l'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1996.

SANDERS, Donald. Behavioral Conventions and Archaeology: methods for the analysis of ancient architecture. In: KENT, Susan (ed.). **Domestic Architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Pôrto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

WEIMER, Günter (org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Série Documenta, n.15)

_____. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

ANEXOS

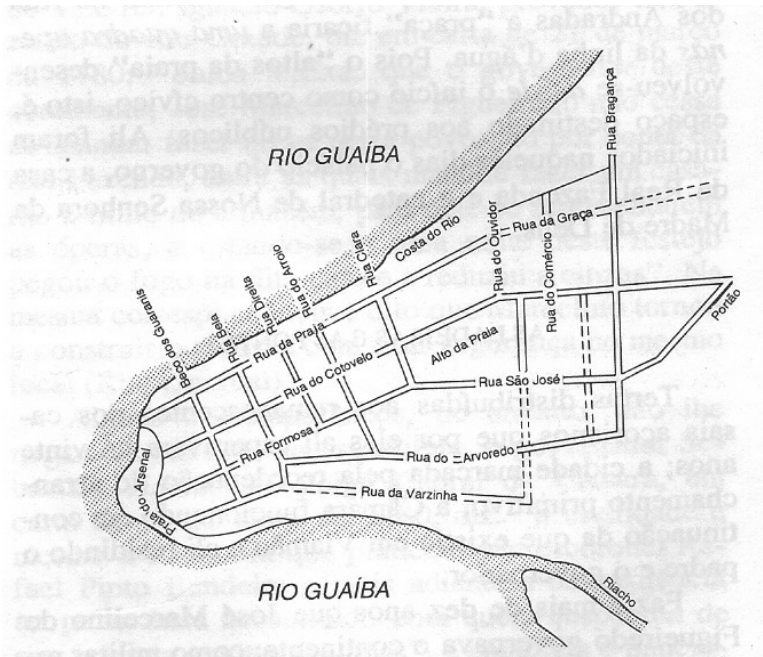


Fig. 1 - Desenho pensado por Tupi Caldas do que seria o primeiro traçado de Porto Alegre.

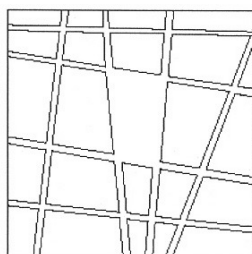
Fonte: MACEDO, Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.p.27



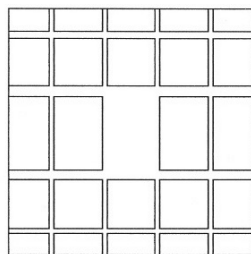
Fig. 2 - Mesmo traçado pensado por Tupi Caldas (em vermelho e preto) sobreposto ao mapa atual de Porto Alegre.

Fonte: FIALHO, Daniela M..Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana . In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2007; p. 07.

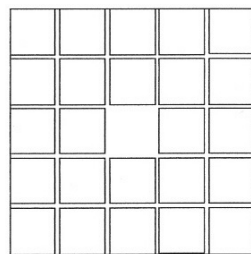
Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3698>.



Reticular



Ortogonal



Quadricular

Fig. 3 - Tipos de malha urbana dentro do modelo regular, a partir da praça.

Fonte: ROCCA, Luisa D. *A cidade colonial Ibero-americana*. Dissertação de Mestrado defendida em 2002. p. 63

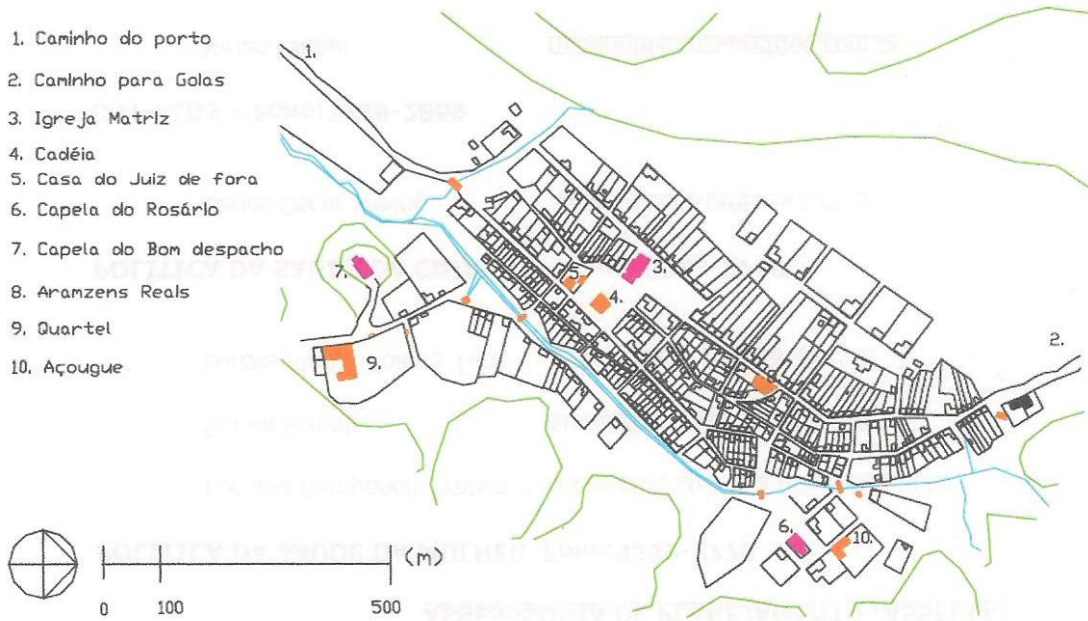


Fig. 4 – Planta da Vila de Cuiabá – MS em 1786. (Desenho de Luisa Rocca com base em reprodução realizada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000; p. 253.

Fonte: ROCCA, Luisa D. *A cidade colonial...*; p. 221.

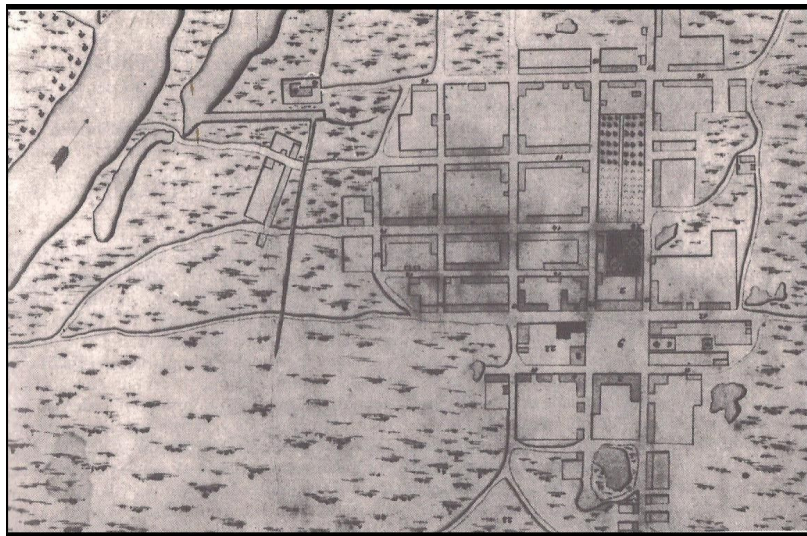


Fig. 5 – Mapa de Vila Bela.

Fonte: DELSON, R. M. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997. p.35.

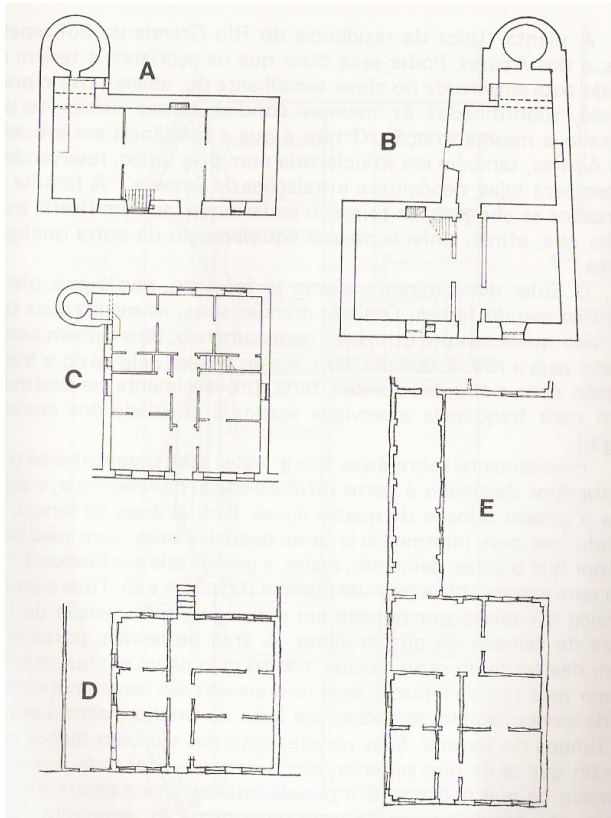


Fig. 6 - A) Tipo de casa rural, Ilha Terceira, Açores; B) Residência urbana, Ilha de S. Miguel, Açores; C) Residência urbana, Ilha Terceira, Açores; D) Residência urbana, Rio Pardo; E) Residência urbana, Rio Pardo.

Fonte: MACEDO, Francisco Riopardense de. *O solar do Almirante*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1980; p. 67.



Fig. 7. Estrutura de casas-em-fita, evidenciando á direita as possíveis divisórias da casa com o corredor na lateral e ao centro.

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976; p. 31

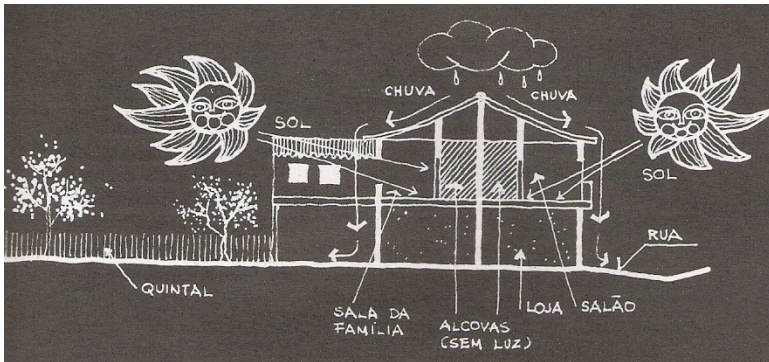


Fig. 8 - Corte lateral do sobrado.

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da...*; p. 31.

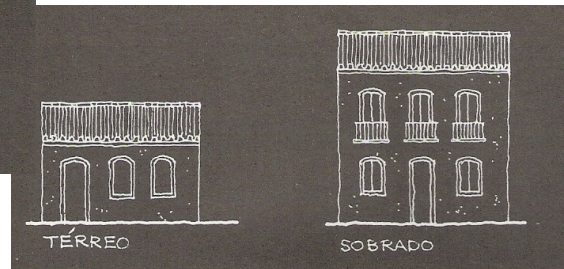


Fig. 9 – Fachada de casa térrea e sobrado.

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da...*; p. 31.

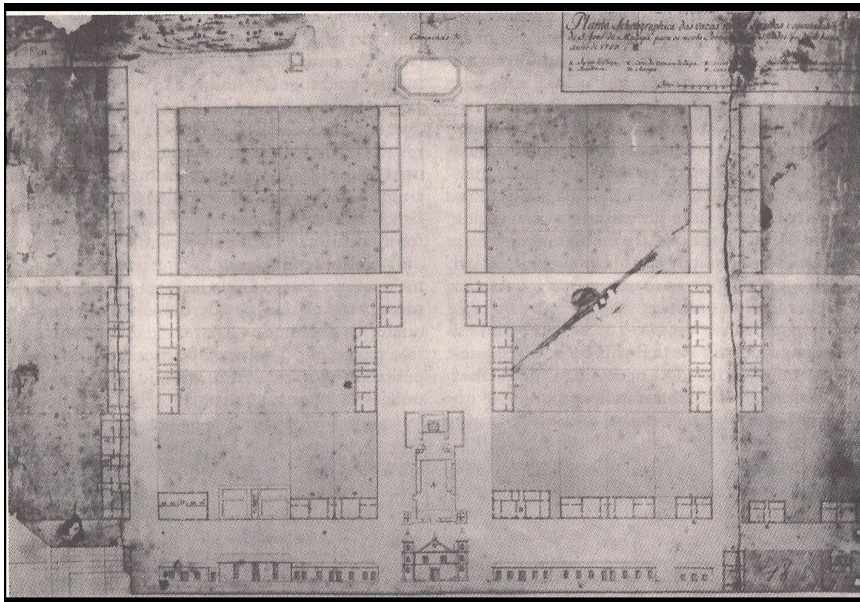


Fig. 10 – Mapa de São José de Macapá.

Fonte: DELSON, R. M. *Novas Vilas...* p.585

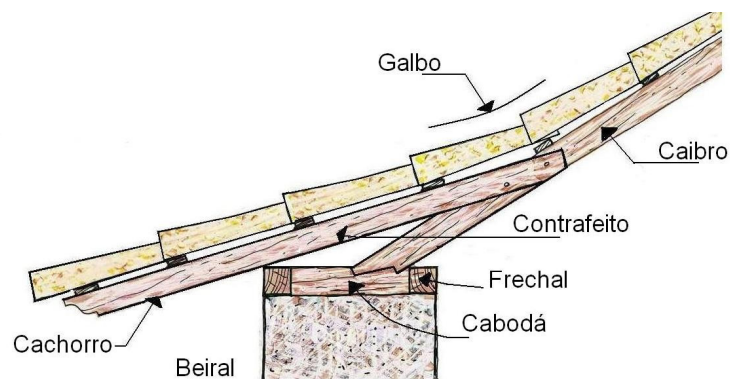


Fig. 11. Beiral tipo "Cachorrada".

Fonte: COLIN, Silvio. *Técnicas Construtivas do período colonial III*. Texto postado em 23/07/2010. Disponível em <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com>.

Tabela 1. Amostra 1 (1773-1781)

Nome da Rua	Incidência de transações por rua (ou conjunto)	Média de valores por rua (ou conjunto)
Alto da Praia (Rua da Igreja, Rua São José e Rua da Ponte)	1	322\$000
R. da Praia (Rua dos Andradas)	3	99\$200
R. Formosa (R. Duque de Caxias)	1	142\$000
R. Nova (R. Andrade Neves)	1	230\$000
Total:	6	

Tabela 2. Amostra 2 (1782-1790)

Nome da Rua	Incidência de transações por rua (ou conjunto)	Média de valores por rua (ou conjunto)
Alto da Praia (Rua da Igreja, Rua São José e Rua da Ponte)	8	130\$675
Ponta do Arsenal (Gal. Salustiano)	2	40\$000
R. Clara (Gal. João Manoel)	7	94\$229
R. da Gaça (Rua dos Andradas)	4	148\$950
R. da Praia (Rua dos Andradas)	12	241\$483
R. de Bragança (R. Marechal Floriano)	3	185\$840
R. Direita (R. Gal. Canabarro)	1	32\$000
R. do Alecrim (não localizado atualmente)	2	57\$600
R. do Arvoredo (R. Fernando Machado)	1	44\$800
R. do Cotovelo (R. Riachuelo)	5	82\$304
R. do Potreiro de N. Senhora	1	83\$200
R. do Riacho (R. Washington Luiz)	1	64\$000
R. dos Ferreiros (Rua Uruguai)	2	238\$400
Total:	49	

Tabela 3. Amostra 3 (1791-1799)

Nome da Rua	Incidência de transações por rua (ou conjunto)	Média de valores por rua (ou conjunto)
Alto da Praia (Rua da Igreja, Rua São José e Rua da Ponte)	2	235\$000
Portão	2	57\$600
R. Clara (Gal. João Manoel)	3	136\$533
R. da Graça (Rua dos Andradas)	3	4:000\$000
R. da Praia (Rua dos Andradas)	7	930\$429
R. de Bragança (R. Marechal Floriano)	4	112\$000
R. Direita (R. Gal. Canabarro)	1	2:400\$000
R. do Arvoredo (R. Fernando Machado)	1	76\$800
R. do Comércio (R. Gal. Câmara)	2	813\$051
R. do Cotovelo (R. Riachuelo)	5	262\$960
R. dos Ferreiros (Rua Uruguai)	1	115\$200

R. Formosa (R. Duque de Caxias)	2	89\$600
R. Nova (R. Andrade Neves)	2	139\$100
Total:	35	

Tabela 4. Amostra 4 (1800-1808)

Nome da Rua	Incidência de transações por rua (ou conjunto)	Média de valores por rua (ou conjunto)
Alto da Praia (Rua da Igreja, Rua São José e Rua da Ponte)	6	150\$003
Beco do Tenente Beco do Tenente José Lourenço da Silva	1	750\$000
Paraíso (Praça 15 de Novembro)	2	162\$400
Portão	1	64\$000
R. Clara (Gal. João Manoel)	4	610\$000
R. da Gaça (Rua dos Andradas)	9	569\$376
R. da Praia (Rua dos Andradas)	5	698\$040
R. de Bragança (R. Marechal Floriano)	5	1025\$680
R. Direita (R. Gal. Canabarro)	1	102\$400
R. do Arvoredo (R. Fernando Machado)	5	67\$280
R. do Bandeira (Vigário José Inácio)	4	68\$000
R. do Comércio (R. Gal. Câmara)	1	1:500\$000
R. do Cotovelo (R. Riachuelo)	5	106\$200
R. do Poço (R. Jerônimo Coelho)	1	52\$400
R. do Riacho (R. Washington Luiz)	4	168\$300
R. Formosa (R. Duque de Caxias)	4	116\$450
R. Principal (Gal. Vasco Alves)	2	83\$200
Total:	60	